



1 ANO



1 ANO

Brasil. Presidência da República.

1 ano. Brasília, 1991.

99p.

1. Poder Executivo — Atividades 1990. 2. Brasil — Política e Governo. I. Brasil. Presidente, 1990-1995 (F. Collor). II. Título.

CDD 341.25



1 ANO

Presidência da República

Fernando Collor
Presidente da República

Itamar Franco
Vice-Presidente da República

Secretaria de Imprensa
da Presidência da República

1991

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
SÍNTESE DAS ATIVIDADES	11
Ministérios	13
Ministério da Justiça	13
Ministério da Marinha	17
Ministério do Exército	20
Ministério das Relações Exteriores	24
Ministério da Educação	29
Ministério da Aeronáutica	32
Ministério da Saúde	34
Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento	40
Ministério da Agricultura e Reforma Agrária	46
Ministério do Trabalho e da Previdência Social	48
Ministério da Infra-Estrutura	51
Ministério da Ação Social	57
Órgãos da Presidência da República	61
Secretaria-Geral da Presidência da República	61
Gabinete Militar da Presidência da República	63
Órgãos de Assessoramento Direto ao Presidente da República	67
Estado-Maior das Forças Armadas	67
Consultoria Geral da República	70

Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente da República	73
Secretaria da Cultura	73
Secretaria da Ciência e Tecnologia	76
Secretaria do Meio Ambiente	80
Secretaria do Desenvolvimento Regional	84
Secretaria dos Desportos	91
Secretaria da Administração Federal	93
Secretaria de Assuntos Estratégicos	96

APRESENTAÇÃO

O presente documento é um resumo indicativo das realizações de meu governo, ao longo do primeiro ano de trabalho.

Um ano é pouco tempo na história de um país. As grandes transformações sociais não ocorrem da noite para o dia. Quando se pretende transformar uma nação, é necessário combinar a impaciência com a paciência. Há que ser impaciente na hora de começar a mudar. No caso do Brasil, não podíamos esperar mais um instante que fosse pelo início das transformações. Mas, uma vez desencadeada a marcha, impõe-se também a qualidade da paciência. A dimensão de nossos problemas faz com que muitos deles, os mais graves e profundos, não possam ser superados no curto, e até mesmo, no médio prazos. O importante é saber perseverar, nunca desistir, ter confiança e fé. Os resultados a que aspiramos, logo haverão de aparecer.

Neste primeiro ano de meu mandato, começamos a resgatar os compromissos assumidos com a Nação. A sociedade brasileira cobrava mudanças urgentes e nós passamos a realizá-las a partir da primeiríssima hora. Agimos em todas as áreas definidas como prioritárias no Programa de Governo: o reforço da democracia e da cidadania; o combate à inflação; a reforma do Estado e a modernização econômica; a defesa do meio ambiente; o desafio da dívida

social; e o aprimoramento da posição internacional do Brasil.

Somos o Governo do reencontro pleno com a democracia. Trabalhamos em estrita obediência à Constituição. Atuamos com absoluta transparência de propósito e procedimento. Estamos abertos ao diálogo, à crítica e à cobrança. O Governo deixou de ser um fim em si mesmo, para transformar-se num instrumento a serviço da vontade popular.

Este documento poderá contribuir para a avaliação, no presente e no futuro, do esforço que empreendemos neste primeiro ano. Confiamos no julgamento da sociedade, pois o meu governo é fruto desse julgamento. Os 12 meses, que se passaram, representam um quinto do período para o qual fui eleito. Derrubamos estruturas comprometidas e viciadas e lançamos os alicerces para a reconstrução nacional que estamos inspirando e liderando.

Nenhum governo, por si só, pode mudar um país. Mas pode começar, como nós fizemos, a mudar-se a si próprio para tornar-se uma ferramenta mais eficaz nas mãos de uma sociedade que quer progresso, e que vai alcançá-lo com a ajuda de Deus.

FERNANDO COLLOR
Presidente da República

SÍNTESE
DAS ATIVIDADES

Ministérios

Ministério da Justiça

O Ministério da Justiça tem como áreas de competência: a ordem jurídica, a nacionalidade, a cidadania, os direitos políticos, as garantias constitucionais, a segurança pública, a administração penitenciária, a política indigenista, a execução da legislação de estrangeiros, a documentação, a publicação e o arquivamento dos atos oficiais, a defesa da ordem econômica, o registro do comércio, a propriedade industrial, a metrologia, a normatização técnica e a articulação com o Poder Legislativo. Além disso, atua como coordenador e articulador político do Governo.

Desempenho no Primeiro Ano de Governo

— A Secretaria de Polícia Federal dinamitou 61 pistas de pouso clandestinas, em operação de repressão ao garimpo ilegal e ao tráfico ilícito de entorpecentes na região dos índios lanomami, na Amazônia.

— A Fundação Nacional do Índio — FUNAI combateu, em caráter emergencial, e controlou surto de doenças infecto-contagiosas em áreas habitadas pelos lanomami.

— Procedimentos para a revisão do Estatuto do Índio, com vistas à sua adaptação aos novos preceitos constitucionais. Deverá ser apresentada, em breve, a proposta do novo estatuto.

— Estudos com vistas à reformulação da FUNAI.

— Elaboração de proposta de decreto, aprovada pelo Presidente Fernando Collor em fevereiro de 1991, sobre o processo administrativo de demarcação de terras indígenas.

— Elaboração de projeto de decreto, também aprovado, que dispõe sobre programas e projetos para assegurar a auto-sustentação dos povos indígenas.

— Projeto de decreto, aprovado, que dispõe sobre as ações visando à proteção do meio ambiente em terras indígenas. Projeto de decreto que dispõe sobre a educação indígena e sobre a assistência de saúde aos indígenas, ambos aprovados pelo Presidente da República.

— Assinatura de portaria conjunta dos Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores, da Educação e da Saúde e das Secretarias do Meio Ambiente e de Assuntos Estratégicos, que cria grupo de trabalho com o objetivo de elaborar projeto de recuperação ambiental da área indígena Ianomami.

— Assistência, pela FUNAI, a cerca de 40 mil índios, pertencentes a 170 etnias. Tiveram continuidade as ações no campo da educação (reforma e construção de escolas, concessão de bolsas de estudo e formação de professores e auxiliares de ensino).

— Implementação, pelas Superintendências Executivas da FUNAI, de atividades produtivas ligadas à agricultura, à pecuária e ao reflorestamento.

— Reformulação da estrutura de distribuição de notícias da RADIOBRÁS, com a criação da Agência Brasil.

— Coordenação entre o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e o Ministério da Ação Social, por intermédio da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência e da UNICEF, para o desenvolvimento de ações no âmbito do Projeto «Ministério da Criança».

— Promoção do I Seminário Nacional Infância e Juventude, Direitos Humanos, Cidadania e Violência, com a participação de Secretários Estaduais de Segurança Pública e de Justiça.

— Celebração de Protocolo de Intenções com o Ministério da Ação Social e com a UNICEF, com vistas a desenvolver projetos para a melhor aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

— Criação de comissão para estudar e propor formas de integração dos órgãos federais e municipais, e de entidades da sociedade, para a adoção de medidas efetivas de combate à violência contra a criança e o jovem.

— O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana processou 174 denúncias, em sua maioria relacionadas a conflitos rurais, agressões policiais, ameaças de morte e questões indígenas.

— O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial — INMETRO participou ativamente do «Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade».

— Para garantir a adequada destinação dos acervos dos órgãos extintos pelo Programa de Reforma Administrativa, o Arquivo Nacional examinou o equivalente a 23 quilômetros de documentos.

— Para reprimir abuso de poder econômico, o Ministério convidou 52 empresas para prestar esclarecimentos sobre práticas distorcidas de mercado.

— Na área de defesa do consumidor, elaborou o Projeto «Balcão do Consumidor». Instalado inicialmente em Brasília, o projeto, em breve, atingirá todo o País.

— Na área de estrangeiros, determinou 22 deportações, duas expulsões e 19 extradições. Concedeu 400 certificados de naturalização.

— A Polícia Rodoviária Federal, antes subordinada ao extinto Ministério dos Transportes, passou efetivamente a integrar a estrutura do Ministério da Justiça a partir de janeiro de 1991.

— No cumprimento das determinações do Decreto nº 99.982, de 9 de janeiro de 1991 — que institui a Comissão Especial de Articulação com os Governos Estaduais Eleitos —, promoveu contatos com os Governadores eleitos de Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Maranhão, Ceará, Bahia, Pará, Acre, Rondônia, Mato Grosso,

Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Santa Catarina e Espírito Santo. Nos contatos com as equipes de transição dos Governos Estaduais, a comissão resumiu o pensamento do Governo Federal quanto à necessidade de os Governos Estaduais obterem equilíbrio em suas contas e praticarem austeridade administrativa em suas gestões, com o propósito comum de estabilizar a economia e combater a inflação.

— Elaboração de projeto de decreto que cria condições mais flexíveis e simplificadas para a concessão e o uso de passaportes.

— Apresentação de proposta de instalação de «entrada especial» para brasileiros que desembarcam em aeroportos nacionais, oriundos do exterior.

— Revisão do processo de atendimento administrativo nos aeroportos, principalmente no que tange a passaportes, com vistas à agilização de procedimentos.

— Difusão da Central de Atendimento ao Estrangeiro, por intermédio do sistema de discagem gratuita.

— Revisão do Código Nacional de Trânsito e de seu Regulamento.

— Ações no sentido do aperfeiçoamento do sistema jurídico-penal.

— Atuação junto ao Congresso Nacional para acompanhamento de projetos de lei, dentre os quais se destacam:

- o Código de Defesa do Consumidor;
- o projeto de lei sobre o regime jurídico único dos servidores públicos federais;
- o projeto de lei sobre os crimes hediondos;
- o Estatuto da Criança e do Adolescente.

— Edição do *Guia Prático para Orientação a Estrangeiros no Brasil*.

— No que diz respeito ao combate ao tráfico de entorpecentes, a Polícia Federal indiciou 2.011 traficantes, apreendeu 8,8 toneladas de maconha e 1,9 tonelada de cocaína. Erradicou, além disso, 6,6 milhões de pés de maconha.

— A Polícia Federal indiciou, também, 250 pessoas por crimes contra a natureza.

— Entre as medidas de adequação ao «Programa de Reforma Administrativa» e às metas de contenção de gastos do Plano de Estabilização da Economia, o Ministério da Justiça:

- reduziu despesas de viagens aéreas ao exterior, obtendo uma economia de Cr\$ 12,4 milhões;

- extinguiu 291 funções e cargos e efetuou 523 colocações em disponibilidade e 736 demissões ou dispensas;

- entre 15 de março de 1990 e meados de fevereiro de 1991, efetuou 32 demissões nos quadros da Secretaria de Polícia Federal, sem prejuízo das respectivas ações penais, em virtude de transgressões, como auferir vantagens em proveito pessoal, crimes contra a administração, ofensas físicas e morais contra presos e abuso da condição de policial.

- na Polícia Rodoviária Federal, demitiu dois policiais, a bem do serviço público;

- alienou 94 veículos e três aeronaves;

- reduziu em 87 mil litros o consumo de combustíveis e de 539 mil Kw/h de energia.

Ministério da Marinha

O Ministério da Marinha concentra suas atividades no cumprimento das seguintes atribuições: preparo material e operacional da Marinha; realização de estudos e pesquisas de interesse da Marinha e do País; exercício da polícia naval, visando principalmente ao controle do uso do mar territorial, das águas interiores e da plataforma continental submarina. Adicionalmente, coopera com os demais órgãos governamentais na garantia dos poderes constituídos e, por iniciativa desses, da lei e da ordem; participa dos programas nacionais de ação cívica e

colabora, em casos de calamidade pública, com as autoridades federais e estaduais e, finalmente, participa de programas governamentais de desenvolvimento sócio-econômico.

Desempenho no Primeiro Ano de Governo

— Conclusão da Operação Antártica VIII e início, em novembro de 1990, da Operação Antártica IX, a ser concluída neste mês de março. Desenvolvimento de pesquisas em 20 projetos referentes ao Programa Antártico.

— Início de contatos com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico com vistas à transferência, para esse órgão, das atividades relacionadas com a componente científica do Programa Antártico Brasileiro, a cargo da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

— Prosseguimento do trabalho de Macrozoneamento Costeiro nos 14 estados litorâneos participantes do projeto.

— Continuação do desenvolvimento do projeto de reator de pequeno porte aplicável à propulsão nuclear de submarino e à geração de energia elétrica em áreas remotas.

— Prosseguimento da operação do primeiro reator nuclear de pesquisa, bem como do circuito termo-hidráulico de alta pressão, em cooperação com o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN/SP).

— Visita da CPI da Energia Nuclear às instalações do projeto nuclear conduzido pelo Ministério e pelo IPEN/SP. Visita de políticos, técnicos e jornalistas, inclusive argentinos, às mesmas instalações.

— Prosseguimento da construção, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, do submarino «Tamoio», de projeto nacional. O submarino deverá ser incorporado à frota até o final do ano de 1992.

— Participação no «Programa Recriança» — Projeto «Recreio».

— Manutenção de dois mil faróis e bóias ao longo do litoral brasileiro.

— Emprego de dois navios de assistência hospitalar e de unidades do Grupamento Naval do Norte e da Flotilha do Amazonas no atendimento às populações ribeirinhas da Região Amazônica.

— Desenvolvimento de diversas pesquisas e atividades nos campos da construção naval, acústica submarina, armamento e munição.

— Realização de estudos, com vistas a manter a capacidade da Marinha em pesquisa e desenvolvimento de sistemas, materiais, métodos e processos, e de gerência, análise e viabilidade de projetos nas áreas de sistemas digitais, sistemas inerciais, radar, comunicações e eletrônica.

— Redução de despesas no valor de US\$ 1,6 milhão foi alcançada com a diminuição do número de participantes em cursos e conclave no exterior.

— Criação do grupo de trabalho para avaliar o impacto ambiental decorrente da prática de exercícios de tiro no Arquipélago de Alcatrazes.

— Redução do número de funcionários civis: 365 foram aposentados, 535 colocados em disponibilidade e 101 dispensados, exonerados ou redistribuídos.

— Cancelamento de concursos de admissão para o Quadro Complementar, para o Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais, para o Corpo de Saúde da Marinha e para o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha.

— Ainda na área da reforma administrativa, deixaram de ser renovados os tempos de serviço de 173 médicos, 86 dentistas e 16 farmacêuticos. Foram, ainda, dispensados 101 alunos do Curso de Formação de Oficiais da Reserva da Marinha.

— Na área patrimonial, foram dadas baixas no submarino «Goiás», nos contratorpedeiros «Maranhão» e «Mato Grosso», no navio oceanográfico «Almirante Saldanha» e em três helicópteros «Wasp».

— A corveta «Inhaúma», primeira de sua classe, encontra-se em fase de testes de avaliação operacional. O navio-tanque

«Almirante Gastão Motta», construído pela ISHIBRAS, foi lançado ao mar em junho de 1990.

— Prossegue a construção, no Estaleiro Mauá, dos navios-patrolha da classe «Graúna» e, no estaleiro Ebin-Só, de três lanchas de patrulha e polícia naval, de 44 toneladas. Teve início, no Arsenal de Marinha, a construção de dois navios-patrolha, de 200 toneladas.

— Iniciaram-se os trabalhos de modernização do porta-aviões «Minas Gerais» e das fragatas, nos quais estão sendo instalados novos lançadores de mísseis.

— Lançadores duplos de mísseis superfície-superfície Exocet foram instalados em duas fragatas da classe «Niterói».

— Várias medidas de desregulamentação foram tomadas, tendo-se reduzido o número de documentos normativos, de exigências e de trâmites burocráticos. Obteve-se aprimoramento no atendimento ao público, por parte das diretorias especializadas subordinadas à Secretaria-Geral da Marinha. Foram, também, descentralizadas as ações da Diretoria de Portos e Costas, com o aumento da autonomia dos Capitães-dos-Portos.

Ministério do Exército

O Ministério do Exército, no cumprimento da sua missão básica de defesa nacional e garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, atua nas seguintes áreas: capacitação, organização e aparelhamento da Força Terrestre; ensino, instrução e adestramento de pessoal; realização de pesquisas técnico-científicas; ocupação e povoamento das regiões desassistidas e distantes dos grandes centros; presença na extensa faixa de fronteira terrestre do País; participação em programas governamentais de desenvolvimento sócio-econômico; colaboração com as autoridades federais em casos de calamidade pública.

Compete, ainda, ao Ministério do Exército a supervisão das atividades da Indústria de Material Bélico do Brasil — IMBEL e da Fundação Habitacional do Exército.

Desempenho no Primeiro Ano de Governo

— Construiu, conservou e restaurou rodovias federais e estaduais, num total de 3.200km, destacando-se o «Programa SOS Rodovias».

— No tocante ao «Projeto de Reparelhamento do Exército», deu continuidade ao processo de completamento de três Brigadas e de implantação da Brigada de Aviação do Exército e do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica.

— Dentro das ações previstas no Projeto «Calha Norte», iniciou as atividades para a implantação dos núcleos de Maturacá e Auaris, incluindo a ativação de dois Pelotões de Fronteira, e providenciou melhoramentos nos núcleos de Vila Bittencourt, Ipiranga, Palmeira, Estirão do Equador, Clevelândia do Norte, Surucucu, Querari e São Joaquim.

— Participou do «Programa de Apoio Social Especial Integrado» — PASEI, através de convocação de profissionais da área da Saúde — num total de 67 oficiais — que atenderam à população carente de 28 municípios.

— Proporcionou atendimento médico e odontológico a populações carentes da Amazônia em programa desenvolvido pelo Comando Militar da Amazônia.

— Demarcou 8.100 hectares de áreas indígenas.

— Reduziu, em 1990, cerca de 27% na disponibilidade final de recursos orçamentários. Em esforço de contenção de despesas, conseguiu abater em 74% as despesas com viagens de diversas naturezas e obteve economia de US\$ 700 mil nos gastos relativos a viagens e cursos no exterior. Com vistas a se adequar à realidade orçamentária, reduziu em 15% o número de cursos e a participação de alunos e estagiários.

— Economizou US\$ 640 mil nas despesas da Comissão do Exército Brasileiro em Washington e das Aditâncias.

— No âmbito da reforma administrativa, dispensou 600 funcionários da IMBEL e 225 da Prólogo S.A. (empresa que se encontra em fase de liquidação). Antecipou, também, o licenciamento de 70% do efetivo variável incorporado em 1990, o que propiciou economia da ordem de Cr\$ 530 milhões em alimentação e Cr\$ 950 milhões em vencimentos. Os limites para os efetivos, para 1991, foram reduzidos em 445 oficiais e 976 subtenentes e sargentos.

— Ainda como resultado da reforma administrativa, procedeu à reestruturação organizacional, com a criação de três organizações militares, transformação de oito, mudança de subordinação de oito e extinção de 35. Foi alcançado o objetivo de se reduzir custos operacionais e diminuir efetivos. Na mesma área, deu início à implantação da nova organização básica do Exército, com modificações nas estruturas do Gabinete do Ministro e do Estado-Maior do Exército.

— No âmbito da reforma patrimonial, alienou bens imóveis, por permuta, com as Prefeituras de Igarassu (PE), Castro (PR), Feira de Santana (BA) e Ponta Grossa (PR). Foram, ademais, alienados 510 veículos oficiais.

— Obteve sucesso, também, no esforço de economia de combustível. O consumo de combustível para uso operacional foi reduzido em 84%, e o de combustível para uso administrativo, em 34%. Esses resultados proporcionaram uma economia de Cr\$ 390 milhões.

— Participou ativamente no esforço de desregulamentação e de descentralização, simplificando as rotinas de trabalho com a aplicação crescente da informática e da análise administrativa. Regulamentou, também, o «Programa de Apoio Social Especial Integrado» — PASEI no Exército, incluindo orientação orçamentária e aplicação de recursos do INAMPS. Outras normas implementadas foram: Instruções Gerais para o Sistema de Metrologia, Normatização e Certificado de Qualidade — SIMETRO-MEx, e Código Nacional de Porte e Uso de Armas. Foram apresentados projetos de lei sobre o Sistema Nacional de Fiscalização e

Controle de Armas, Munições e Explosivos e sobre o Serviço Alternativo.

— Preocupou-se com a questão do meio ambiente, efetivando as seguintes medidas: assinatura de convênio, no Rio Grande do Sul, para o reflorestamento de terras do Campo de Instrução Barão de São Borja, num total de seis mil hectares; assinatura de convênio com a FEEMA e o IEF do Rio de Janeiro, para a preservação do meio ambiente em Guaratiba; assinatura de convênio com o IBAMA, para o combate à pesca predatória na Baía de Sepetiba, no Rio de Janeiro. Finalmente, foi incluída na legislação do Exército a «Política para a Promoção do Desenvolvimento e Proteção do Meio Ambiente».

— Vem tendo participação decisiva no «Programa Gente da Gente», que, entre novembro de 1990 e maio de 1991, distribuirá, mensalmente, cestas básicas a 655 mil famílias carentes, afetadas pela seca no Nordeste, beneficiando 3.275.000 pessoas e compreendendo 554 municípios, do Maranhão à Bahia.

— Vem participando de campanhas de vacinação em todo o território nacional.

— Realizou o levantamento topográfico em 15 áreas pertencentes à União, no total de 2,7 milhões de metros quadrados.

— Participou da campanha de combate à dengue.

— Assinou convênio com a Secretaria de Cultura para a restauração e manutenção do patrimônio histórico referente a fortes, fortalezas e monumentos.

— Empregou tropa para a garantia das eleições em 274 municípios no primeiro turno (3 de outubro de 1990), em 256 municípios no segundo turno (25 de novembro de 1990), e em todos os municípios de Alagoas e em dois do Pará nas eleições suplementares de 20 de janeiro de 1991.

— Dessa forma, o Exército contribuiu de forma inequívoca para a redução dos gastos públicos, de acordo com as diretrizes governamentais, além de empregar boa parte de seus meios em missões de natureza sócio-econômica, como demonstram os dados apresentados.

Ministério das Relações Exteriores

Cabe ao Ministério das Relações Exteriores executar as diretrizes de política externa estabelecidas pelo Presidente da República. Encarrega-se, assim, de orientar a ação externa brasileira, contribuir para a paz permanente entre as nações, buscar participação ativa nas grandes decisões internacionais, aprofundar a presença brasileira na América Latina, intensificar os contatos com os demais países e participar dos esforços de reequacionamento da dívida externa.

A política externa do Governo Collor tem-se pautado pelas seguintes linhas gerais de atuação: disposição de prestar contribuição positiva ao encaminhamento de questões que interessem ao conjunto da comunidade internacional, em particular a preservação do meio ambiente e a proteção dos direitos humanos; democratização do processo decisório internacional e, nesse contexto, valorização do multilateralismo; dinamização das relações com os países latino-americanos; exercício constante do diálogo e da negociação com os países industrializados, com base no reconhecimento das divergências e no desejo de solucioná-las de modo objetivo e livre de ressentimento; busca de novas oportunidades de cooperação com os países em desenvolvimento.

Desempenho no Primeiro Ano de Governo

— Acelerou-se o processo de integração do Cone Sul:

- Brasil e Argentina anteciparam, para 31 de dezembro de 1994, a criação de um mercado comum;
- Brasil, Argentina, Chile e Uruguai concordaram na conveniência de formar, até 31 de dezembro de 1995, uma Zona de Livre Comércio, aberta a outros países da ALADI, e convidaram o Paraguai a juntar-se a um espaço econômico comum;

- iniciaram-se as negociações do «Grupo Mercado Comum Quadripartite» (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai);

- Brasil e Argentina assinaram acordo de complementação econômica, que amplia e consolida, em um único texto, uma série de acordos bilaterais.

— O Presidente da República encontrou-se com os Presidentes da Argentina, Chile, Venezuela, Bolívia, México e Equador.

— Avanços expressivos ocorreram em diversos domínios de cooperação bilateral com países da América Latina, do que é exemplo a Declaração sobre Política Nuclear Comum, entre o Brasil e a Argentina.

— O Presidente da República compareceu à Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos — OEA (comemorativa do centenário do sistema americano) e à reunião presidencial do «Grupo do Rio», em Caracas. Além disso, o Brasil teve participação ativa nos trabalhos de diversos foros multilaterais latino-americanos.

— Visitou o Brasil, em dezembro passado, o Presidente dos Estados Unidos da América. Foi constituído grupo de trabalho bilateral sobre transferência de tecnologias sensíveis; mantidos entendimentos sobre transferência de supercomputador para o Brasil e firmado memorando de entendimento sobre meio ambiente.

— Ainda na área das relações com os Estados Unidos, vale mencionar a consolidação do Acordo Aéreo e conversações do «Grupo Mercado Comum Quadripartite» com o Governo norte-americano sobre a «Iniciativa para as Américas».

— No que diz respeito às relações do Brasil com os países da Europa Ocidental, destaca-se a visita do Presidente da República a Portugal. Merecem registro a cooperação com a República Federal da Alemanha e o Reino Unido na área da preservação do meio ambiente e a intensificação dos programas de cooperação técnica com o Reino Unido, Alemanha e França.

— Assinatura da Declaração de Roma sobre as relações entre a Comunidade Econômica Européia — CEE e o «Grupo do Rio».

— Consolidaram-se os laços políticos e econômicos com os países da Europa Oriental. Nesse contexto, vale ressaltar a visita do Presidente da República à República Federal Tcheca e Eslovaca, durante a qual foram assinados documentos sobre o desenvolvimento das relações bilaterais.

— Realização da VI Exposição Industrial do Brasil na URSS.

— Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil — URSS de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica.

— Visita dos Ministros da Aeronáutica e Infra-Estrutura à URSS e à Romênia, respectivamente.

• — Quanto às relações do Brasil com os países da Ásia e bacia do Pacífico, merecem destaque:

- visita presidencial ao Japão;

- visita do Presidente da República Popular da China ao Brasil, durante a qual foram assinados acordo de cooperação econômica e tecnológica e memorando de entendimento sobre minério de ferro;

- criação da Embaixada no Vietnã, cumulativa com a Embaixada em Cingapura;

- contatos do Ministro das Relações Exteriores com representantes de países da região, por ocasião da reunião do «Grupo dos 15», das reuniões do «Grupo do Rio» com a ASEAN, a República Popular da China e o Japão, e da Assembléia Geral das Nações Unidas.

— Relações do Brasil com os países da África:

- elevação do Escritório de Observação na Namíbia à categoria de Embaixada;

- participação na segunda reunião da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, realizada na Nigéria;

- convite a Nelson Mandela para visitar o Brasil;

- negociação de programas de cooperação técnica com Angola e Moçambique.

— Relação do Brasil com os países do Oriente Médio:

- numerosos contatos com autoridades do Irã, para exploração de perspectivas de cooperação bilateral;

- visita do Ministro da Infra-Estrutura ao Irã, acompanhado de missão empresarial, e de autoridades iranianas ao Brasil;

- reiteração, em várias oportunidades, da posição brasileira quanto ao problema palestino, em apoio à retirada das forças israelenses dos territórios ocupados e da convocação de uma Conferência Internacional de Paz, de acordo com as resoluções pertinentes das Nações Unidas.

— Quanto à crise no Golfo, há a destacar:

- êxito da missão especial a Bagdá para retirada de brasileiros do território iraquiano;

- atuação diplomática para garantir o abastecimento de petróleo;

- estrito cumprimento das resoluções mandatórias do Conselho de Segurança relativas à crise no Golfo e disposição de colaborar com a ONU em quanto mais seja necessário;

- iniciativas, ao amparo do artigo 50 da Carta da ONU, para obtenção de compensações adequadas diante dos prejuízos causados pela Resolução 661 do Conselho de Segurança.

— O Presidente da República participou das Assembléias Gerais da ONU e da OEA e da Cúpula Mundial para a Criança.

— Assinada e ratificada a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

— O chanceler participou, em Londres, da reunião ministerial para reduzir a demanda de drogas e combater a ameaça da cocaína.

— Busca de maior volume de assistência do Programa Mundial de Alimentos às regiões Norte e Nordeste do Brasil.

— Busca de maior envolvimento da Organização Mundial de Saúde — OMS em projetos brasileiros, sobretudo nas áreas da AIDS e de outras doenças contagiosas.

— Esclarecimento, junto à Organização Mundial do Trabalho — OIT, de casos de liberdade sindical envolvendo o Brasil.

— Atuação intensa em todos os 15 grupos negociadores da Rodada Uruguai do GATT — Acordo Geral de Tarifas e Comércio.

— Promoção da participação ampliada do setor privado brasileiro nas negociações internacionais sobre produtos de base.

— Promoção de exportações.

— Confirmação da decisão de sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e criação de comissão interministerial para a preparação do evento.

— Adesão à Convenção de Viena para proteção da camada de ozônio e ao Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio.

— Iniciativas com vistas ao direcionamento de recursos crescentes em prol da preservação do meio ambiente, com a intensificação da cooperação internacional para maior acesso a «tecnologias limpas».

— O Presidente da República declarou solenemente perante a Assembléia Geral das Nações Unidas que o Brasil descarta a realização de explosões nucleares, ainda que com fins pacíficos.

— Adoção de nova postura na área de direitos humanos, reconhecendo a competência dos mecanismos internacionais para acompanhar a situação desses direitos no Brasil, assim como em qualquer outra parte do mundo.

— Resposta às indagações formuladas pelos mecanismos internacionais de supervisão dos direitos humanos no âmbito da ONU, da OEA e de outros organismos internacionais competentes na matéria.

— Manutenção de amplo diálogo sobre a situação dos direitos humanos no Brasil com as organizações não governamentais mais expressivas.

— Assinatura, em Lisboa, do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

— Manutenção de centros de estudos brasileiros e de leitorados em instituições estrangeiras de nível superior.

— Divulgação da arte e da literatura brasileiras.

Ministério da Educação

O Ministério da Educação — MEC atua nas áreas de educação, ensino civil, pesquisa e extensão universitárias, magistério e educação especial. Compete, ainda, ao MEC estabelecer a Política Nacional de Educação.

Desempenho no Primeiro Ano de Governo

— Lançou o «Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania» — PNAC, com ações voltadas para a universalização do ensino fundamental e a eliminação do analfabetismo.

— Elaborou as Diretrizes de Política Nacional de Educação em articulação com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

— Lançou o «Programa Setorial de Ação do Governo na Área da Educação 1991-1995».

— Lançou o «Programa de Educação contra as Drogas». Público-alvo: escolas de ensino fundamental, num total, na primeira fase, de 12 milhões de alunos.

— Ampliou o ano letivo e a carga horária nas escolas de ensino fundamental: 200 dias de ano letivo já em 1991 (contra 180, anteriormente) e seis horas de aula por dia, em 1993. Assim, a carga horária passará de 720 horas para 1.200 horas/ano.

— Eliminou as restrições para a realização do vestibular nas universidades públicas e privadas.

— Adotou medidas rigorosas para controlar abusos nas cobranças das mensalidades escolares dos estabelecimentos privados.

— Fechou cursos superiores que funcionavam apenas em finais de semana.

— Expandiu a educação pré-escolar, oferecendo atendimento integral, em creches e pré-escolas, a crianças de até seis anos. Foram aplicados Cr\$ 126,6 milhões para aquisição de equipamentos para 3.268 classes estaduais e 9.184 classes municipais.

— Treinou 120 mil professores de pré-escola para o atendimento a dois milhões de crianças carentes.

— Repassou, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE, Cr\$ 5,5 bilhões para ampliar e equipar a rede física escolar, beneficiando três milhões de alunos da quinta à oitava séries em todas as unidades da Federação.

— Distribuiu recursos da ordem de Cr\$ 618 milhões, aos estados do Norte e do Centro-Oeste para reforma de escolas. Distribuiu 267 mil pacotes de material didático-escolar e treinou 5.518 docentes.

— Liberou recursos da ordem de Cr\$ 130 milhões, pelo FNDE, para a aquisição de equipamento escolar, restauração e construção de 53 escolas para a comunidade indígena.

— Prestou assistência alimentar a 24,3 milhões de alunos da rede pública de ensino fundamental e a 5,3 milhões de escolares. O benefício alcançou, também, a 2,6 milhões de crianças matriculadas em estabelecimentos públicos e filantrópicos do Norte e Nordeste.

— Distribuiu gratuitamente 6,4 milhões de livros didáticos, 25,8 milhões de módulos (cadernos, lápis, caneta e borracha) e 180 mil dicionários e atlas para as escolas de ensino fundamental.

— Ofereceu atendimento odontológico, oftalmológico e de saúde geral a seis milhões de alunos em 562 municípios conveniados.

— Repassou recursos para atender a 16 milhões de estudantes bolsistas, indicados pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

— Promoveu estudos para a implantação do «Programa de Integração de Portadores de Necessidades Educativas Especiais» nos sistemas de ensino.

— Assinou convênio com o Ministério da Ação Social, através da Legião Brasileira de Assistência — LBA, repassando Cr\$ 3 bilhões para estados, municípios e entidades que atuam na área da educação especial.

— Assinou convênios no valor de Cr\$ 1,2 bilhão com 850 Associações de Pais e Amigos de Excepcionais e similares, de 13 estados.

— Desenvolveu o «Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico».

— Aumentou o número de vagas em 47 escolas agrícolas e em 11 escolas técnicas e agrotécnicas.

— Distribuiu 32.850 bolsas-trabalho a estudantes carentes do ensino técnico, visando sua permanência na escola.

— Repassou Cr\$ 612,9 milhões a 49 instituições de ensino superior federais.

— Reativou e ampliou o «Programa de Crédito Educativo», com a liberação de Cr\$ 9,1 bilhões para renovação de cem mil contratos e abertura de 20 mil novas vagas para alunos carentes de instituições particulares.

— Assinou convênios com 54 estabelecimentos de ensino superior para desenvolvimento de projetos de alfabetização.

— Concedeu 15.841 bolsas de estudo, em nível de especialização, mestrado e doutorado, em todos os estados, no valor de Cr\$ 4,6 bilhões.

— Concedeu 2.190 bolsas de estudo no exterior.

— Apoiou financeiramente 415 cursos de mestrado e 120 de doutorado em diversos estados.

— Produziu 6.980 programas de rádio e 3.670 programas de televisão para apoio ao ensino fundamental.

— Na área da reforma administrativa, reduziu 585 funções gratificadas.

— O «Programa de Economia de Energia e Combustíveis» possibilitou a redução de consumo de 606 mil kW, 118 mil litros de álcool e 3.772 litros de gasolina.

Ministério da Aeronáutica

O Ministério da Aeronáutica tem como atribuições principais estudar e propor diretrizes para a Política Aeroespacial Nacional; propor a organização e providenciar o aparelhamento e o adestramento da Força Aérea Brasileira; orientar, coordenar e controlar as atividades da Aviação Civil, tanto comerciais como privadas e desportivas; estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante autorização ou concessão, a infra-estrutura aeronáutica, inclusive os serviços de apoio necessários à navegação aérea; orientar, incentivar e realizar pesquisas de interesse da Aeronáutica, e operar o Correio Aéreo Nacional.

Desempenho no Primeiro Ano de Governo

— Colaborou com a Polícia Federal no combate ao narcotráfico e na destruição de pistas de pouso clandestinas na Amazônia.

— Realizou inúmeras missões de apoio à FUNAI, principalmente no transporte de víveres e de medicamentos para as comunidades indígenas, dentro da política de preservação dessas comunidades.

— Expressiva participação no Projeto «Calha Norte» pelo transporte de víveres, pessoal e material aos núcleos ali localizados.

— Na área social, implantou o Grupo Pró-Menor, destinada à assistência e ao apoio de menores abandonados e carentes do Rio de Janeiro.

— Visita da CPI da Energia Nuclear às instalações do Centro Técnico Aeroespacial e às da Base de Cachimbo.

— Promoveu, incentivou, coordenou e controlou as atividades relacionadas com a pesquisa e o desenvolvimento, através

do fomento e do apoio às indústrias, bem como a formação, o aperfeiçoamento e a qualificação profissionais do pessoal que desempenha atividades de interesse científico e tecnológico, aeronáutico ou espacial.

— Formou 1.427 alunos em escolas militares do Ministério da Aeronáutica.

— Elaborou o Projeto «Sistema de Vigilância da Amazônia» — SIVAM.

— No que tange a iniciativas de preservação ambiental, o Centro Técnico Aeroespacial desenvolveu motor movido a gás natural, menos poluente do que os motores que utilizam os combustíveis tradicionais.

— Na mesma área, a Aeronáutica participou ativamente do «Programa de Proteção ao Meio Ambiente», através do fornecimento do transporte aéreo e da vigilância de queimadas, primordialmente na Região Amazônica.

— Prosseguiu a implantação do CINDACTA-III, que cobrirá o espaço aéreo da Região Nordeste, e do DACTA Amazônia, que compreende a instalação de radares em Manaus, Belém e São Luís.

— Adotou medidas com vistas à adequação ao Programa de Reforma Administrativa e às metas de contenção de gastos do plano de estabilização da economia. Essas medidas foram:

- redução de Cr\$ 82,5 milhões nos gastos com viagens de natureza técnica;

- dispensa de 67 oficiais, de sete sargentos do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica e de 27 oficiais temporários;

- cancelamento temporário de todos os concursos de admissão aos estabelecimentos de ensino e cursos de formação da Aeronáutica. No segundo semestre, deixaram de ser matriculados 550 alunos na Escola de Especialistas da Aeronáutica, 150 alunos no primeiro ano da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (1991) e reduziram-se as vagas do primeiro ano da Academia da Força Aérea de 187 para 114;

- dispensa antecipada, em um mês, dos soldados que prestavam serviço militar em 1990;

- alienação, por venda, de 177 veículos e quatro aeronaves «Bandeirante C-95»;
- redução de 40% das horas de voo previstas para 1990, com economia de Cr\$ 3.230 milhões;
- economia de Cr\$ 85 milhões em combustíveis e manutenção de viaturas;
- extinção de cinco cargos de Oficiais-Generais;
- transferência de Grandes Comandos do Rio de Janeiro para Brasília, com vistas à redução de despesas operacionais;
- na esfera do programa de desregulamentação, reformulação das normas da Política de Transporte Aéreo, estimulando a livre competição de mercado;
- as missões no exterior foram reduzidas ao mínimo necessário para o atendimento operacional da Força Aérea, resultando em economia de Cr\$ 82,5 milhões;
- redução à metade das compras de aeronaves «AMX»;
- cancelamento da execução de todo o Plano de Obras previsto para 1990, com economia de Cr\$ 1,05 bilhão;
- redução em 45% na implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro;

Ministério da Saúde

A competência do Ministério da Saúde traduz-se na sua missão de liderar o conjunto de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, identificando riscos e necessidades, prolongando e melhorando a qualidade de vida de todo o povo brasileiro, contribuindo para o desenvolvimento nacional. Para o desempenho dessa missão, o Ministério incorporou às suas tradicionais atribuições, no espaço da saúde pública, o compo-

nente assistência médica, vencendo uma dicotomização clássica que o impedia de exercer uma atuação integral.

Os postulados inscritos na Constituição sobre a questão de saúde ganharam contornos operacionais na Lei Orgânica de Saúde, recentemente sancionada pelo Presidente da República, consolidando a proposta do Sistema Único de Saúde — SUS. A implantação do SUS tem, pois, o objetivo de melhorar a qualidade da atenção à saúde, rompendo com um passado de descompromisso social e irracionalidade técnico-administrativa.

Desempenho no Primeiro Ano de Governo

— Resgatou a credibilidade do setor público na prestação de serviços de assistência médico-hospitalar no País.

— Ampliou o «Programa de Suplementação Alimentar», a cargo do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAN.

— Consolidou a política setorial de ciência e tecnologia, através, principalmente, da Fundação Oswaldo Cruz.

— Implementou projeto para o alcance da auto-suficiência nacional em imunobiológicos.

— Ampliou as ações de controle das doenças transmissíveis, especialmente as redutíveis por vacinação.

— Reativou as ações de assistência farmacêutica, com a retomada do «Programa de Medicamentos Essenciais» da Central de Medicamentos.

— Implementou o «Programa Nacional de Sangue e Hemo-derivados».

— Expandiu as ações da vigilância sanitária.

— Ampliou os programas de controle das grandes endemias, em especial da malária, da esquistossomose e da doença de Chagas.

— Ativou os programas e estratégias de saneamento básico, notadamente de abastecimento de água domiciliar.

— Implementou programas de recursos humanos para o setor saúde.

— Concedeu apoio técnico e financeiro à construção, recuperação e instalação de equipamentos das redes físicas do Sistema Único de Saúde.

— Implantou a rede nacional de hospitais de medicina do aparelho locomotor, com a construção dos Hospitais de São Luís, Salvador e Curitiba.

— Prestou atendimento em nove hospitais próprios, em nove hospitais e centros de saúde da Fundação das Pioneiras Sociais e Fundação Oswaldo Cruz e em 799 unidades de Saúde e 58 unidades da Fundação Serviços de Saúde Pública, nas especialidades de clínica médica, de pediatria, de gineco-obstetrícia, de câncer, de doenças mentais, de pneumologia, de cardiologia, de doenças transmissíveis, de emergências e de doenças do aparelho locomotor.

— Aplicou Cr\$ 17,5 bilhões na prestação de assistência farmacêutica essencial às unidades de saúde, através de convênio com o INAMPS.

— Distribuiu «kits» com 22 medicamentos básicos a 2.355 municípios, ao custo de Cr\$ 394 milhões.

— Produziu, através da Fundação Oswaldo Cruz, 15 milhões de vacinas contra sarampo, 13 milhões contra febre amarela, 13 milhões contra meningite B e quatro milhões contra meningite A/C.

— Intensificou os procedimentos de implantação do Sistema Único de Saúde em todo o País, com ações que se anteciparam àquelas previstas na nova Lei Orgânica da Saúde.

— Implantou novo sistema de escolha de dirigentes para o Ministério, com base em critérios técnico-profissionais e destituiu 1.200 dirigentes.

— Elaborou o Plano Quinquenal do Ministério, prevendo a elevação dos investimentos em saúde pública de 3,8% para 10% do PIB até 1995; o aumento da cobertura vacinal para 90%; a redução das mortalidades infantil e maternal, e da mor-

bidade, de um modo geral e, ampliação da expectativa de vida dos brasileiros.

— Criou o «Programa Pró-Saúde», que possibilitará a implantação de um novo modelo de administração e gerência; treinamento, formação e reciclagem de recursos humanos; reformas físicas, e instalação de equipamentos na área da saúde pública.

— Designou grupo de trabalho para estudar a informatização do setor saúde.

— Propôs a criação do Centro Brasileiro de Desenvolvimento de Pessoal para a Saúde.

— Melhorou o desempenho dos hospitais de ensino e sua integração no Sistema Único de Saúde.

— Elaborou proposta de plano de carreira, de cargos e de salários para os servidores do Sistema Único de Saúde.

— Estudou, em profundidade, o problema da infecção hospitalar no Brasil. Redefiniu ações para combatê-la.

— Tornou operacional o «Programa Nacional de Saneamento Rural», com vistas a atingir, até 1995, oito mil comunidades rurais.

— Implantou projeto sistematizando ações que estão permitindo a desobstrução da pauta de projetos pendentes na área de vigilância sanitária (Projeto «Inovar»).

— Implantou o Projeto «Qualidade», a constituir-se de uma rede nacional de laboratórios, com o apoio do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, para garantir a qualidade de produtos, serviços e qualidade dos ambientes sujeitos ao registro da vigilância sanitária.

— Implantou o Projeto «Ambiente», que objetiva a promover a identificação e realizar o controle ou a eliminação de fatores de risco à saúde humana, decorrentes da poluição e da contaminação ambiental.

— Implantou o Projeto «Participação», que visa o engajamento da população na vigilância sanitária de produtos, serviços, meio ambiente e ambiente de trabalho.

— Determinou que fosse revista a legislação básica de vigilância sanitária.

— Reforçou as ações da Fundação Oswaldo Cruz no sentido da manutenção da rede nacional de diagnósticos da dengue.

— Implantou programa de emergência e trauma. Os traumatismos são hoje a terceira maior causa de morbidade no Brasil.

— Aprovou projeto para integrar o sistema de atendimento ao traumatizado do pronto-socorro ao tratamento hospitalar.

— Fixou novas diretrizes de ação na área da saúde bucal, prevendo a distribuição de água fluoretada para cem milhões de pessoas (hoje são beneficiadas 60 milhões).

— Determinou a reorientação das ações de combate às doenças sexualmente transmissíveis, principalmente a aids.

— Eliminou a carteira de identificação do beneficiário, estabelecendo-se que o acesso dos usuários do Sistema Único de Saúde se fará independentemente da apresentação de documento especial.

— Regularizou a importação de vacina cubana contra a meningite B e desenvolveu campanhas em São Paulo, Rio, Macapá e Juiz de Fora.

— Realizou ações localizadas de vacinação: contra a pólio, sarampo, DPT e meningite B, e de combate à dengue no Rio de Janeiro; à raiva, no Mato Grosso e à malária e hepatite B, no Amazonas.

— Efetuou operações de emergência contra a dengue em 10 municípios do Grande Rio, incluindo Volta Redonda, atingindo 2,5 milhões de domicílios.

— Realizou campanha nacional de vacinação contra a pólio, com cobertura de 90%. Multivacinação contra sarampo, tétano, coqueluche e difteria em 11 estados.

— Realizou campanha de multivacinação em setembro de 1990: alcançou 20 milhões de crianças.

— Acolheu proposta do Governo de Cuba para a formação de «joint venture» para a produção de vacina contra a meningite B.

— Participou do Projeto «Ministério da Criança», visando resgatar a proteção e o atendimento à criança.

— Retomou as atividades do «Programa de Ação Social Especial Integrada» — PASEI, em cooperação com as Forças Armadas, para o combate à dengue no Rio de Janeiro, à malária na Amazônia, especialmente entre os índios Ianomami.

— Assinou convênio com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, visando ao desenvolvimento de programas de ações básicas na área materno-infantil através da Pastoral da Criança.

— Aprovou a nova estrutura do Conselho Nacional de Saúde.

— Está desenvolvendo projeto, em conjunto com a UNICEF, para cobrir 10 áreas no atendimento de saúde à criança.

— Destinou recursos para implantação ou expansão dos hospitais universitários de Teresina (Cr\$ 518,7 milhões), Vitória (Cr\$ 42,5 milhões), Maceió (Cr\$ 50 milhões) e Curitiba (Cr\$ 30 milhões).

— Negociou e assinou contrato de financiamento do Projeto «Nordeste II» com o Banco Mundial, para investimentos no valor de US\$ 262,7 milhões.

— Instalou um distrito sanitário especial nas áreas indígenas dos Ianomami.

— Repassou às Secretarias Estaduais de Saúde para manutenção do SUDS de Cr\$ 176 bilhões para o desenvolvimento de ações de saúde nos estados.

— Tomou as seguintes medidas na área da reforma administrativa:

- colocou em disponibilidade 520 funcionários no Ministério, 9.008 no INAMPS, 99 na Fundação Pioneiras Sociais e 3.694 na Fundação Nacional de Saúde;

- demitiu 2.700 funcionários nas entidades acima;

- extinguiu 1.666 funções gratificadas;

- procedeu à alienação de oito carros no Ministério, 400 no INAMPS e 495 na Fundação Nacional de Saúde.

Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento

O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento — MEFP resultou da fusão dos extintos Ministérios da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio e da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República. Em consequência, absorveu a competência desses órgãos, além de incorporar aquelas relacionadas com a área de abastecimento, que não se encontravam originalmente no Ministério da Fazenda.

Desempenho no Primeiro Ano de Governo

— Adotou, com sucesso, medidas de política fiscal para reverter o quadro de desequilíbrio existente. O déficit operacional de 9% do PIB projetado para o ano foi transformado num superávit de 0,8%. Registrou-se aumento real de 19% na arrecadação e redução real de 58% dos gastos com custeio e investimento em relação a 1989.

— Reverteu a situação de déficit caixa das contas do Governo. De um déficit de Cr\$ 2.617 bilhões em 1989 (valor corrigido) passou-se para posição superavitária de Cr\$ 129 bilhões.

— Reduziu em 88% os encargos da dívida pública federal.

— Procedeu à revisão de isenção do imposto de importação e do IPI.

— Determinou a incidência, a partir de 1991, do Imposto de Renda sobre o lucro decorrente da atividade agrícola e sobre lucros obtidos em operações de bolsas de valores.

— Determinou a revisão de todo o conjunto de benefícios fiscais, suprimindo várias isenções e reduções tributárias. Rea-

valiou e confirmou os benefícios vinculados à promoção do desenvolvimento regional.

— Editou medidas para simplificar a tributação das pessoas físicas e sobre aplicações financeiras, sem prejuízo da arrecadação.

— Elevou as alíquotas do IPI, incidentes sobre bebidas e bens de luxo.

— Proibiu o anonimato fiscal obrigando o uso de cheques e títulos nominativos em todas as transações superiores a Cr\$ 12.686,00.

— Substituiu a política de minidesvalorizações diárias da taxa de câmbio pelo sistema de taxas livres, possibilitando a implementação de uma política de liberalização das importações, sem queda das reservas em moeda estrangeira.

— Registro de superávit comercial de cerca de US\$ 11 bilhões em 1990. Em janeiro de 1991 o superávit alcançou US\$ 1,3 bilhão.

— O nível de reservas em moedas estrangeiras passou de US\$ 5,4 bilhões em março de 1990 para US\$ 8,7 bilhões em dezembro.

— Propôs, em fevereiro de 1991, uma nova série de medidas econômicas em prosseguimento ao processo de estabilização e modernização da economia brasileira. São três os objetivos básicos dessas medidas:

- criar condições para que sejam revigoradas as políticas monetária e fiscal;

- possibilitar a continuidade das reformas estruturais que vêm sendo implementadas desde o início do Governo através de trégua de preços e salários;

- permitir que se complete o processo de desindexação da economia, eliminando, assim, os elementos que tornavam o sistema econômico frágil diante de choques exógenos.

— Lançou o «Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria» e o «Programa Brasileiro de Qualidade Industrial», cujos objetivos básicos são o aumento da eficiência na produção, dentro de um ambiente de maior competição.

— Suspendeu a exigência de financiamento externo para importações de máquinas e equipamentos, com vistas a incentivar os projetos de modernização e automação industrial.

— Revogou restrições administrativas à importação.

— Adotou alíquota zero do imposto de importação para máquinas, equipamentos, peças, matérias-primas e produtos intermediários sem produção nacional.

— Reduziu as alíquotas do imposto de importação para defensivos agrícolas e animais, fertilizantes e corretivos, e máquinas para as indústrias têxtil e agrícola.

— Propôs ampla reforma tarifária, com reduções escalonadas do imposto de importação de 13.500 produtos para o período 1991-94, objetivando reduzir a alíquota média daquele imposto de 32,2% em 1990 para 14,2% em 1994.

— Implantou, no BNDES, o «Programa de Financiamento à Produção para Exportação de Bens de Capital».

— Concessão de empréstimos do Banco do Brasil ao setor agropecuário alcançou Cr\$ 721 bilhões, representando crescimento real de 50%.

— A Caixa Econômica Federal elaborou plano para viabilizar a centralização de todas as contas vinculadas do FGTS, cujo total ultrapassa a 46 milhões de contas ativas e 60 milhões de inativas.

— Os Ministérios da área social, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social e a Cruz Vermelha Brasileira receberam a maior parte dos Cr\$ 77 bilhões captados pela CEF através de loterias.

— O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico reorientou suas aplicações para empreendimentos voltados à reestruturação do parque produtivo nacional.

— Formulou novas regras de intervenção do Governo no mercado de produtos agrícolas.

— Elaborou e criou o Plano Diretor do Mercado de Valores Mobiliários.

— Extinguiu o monopólio do Governo na compra do trigo.

— Dispensou a autorização para desembaraço de mercadoria importada sem guia.

— Simplificou os controles sobre a admissão temporária de «containers».

— Dispensou da apresentação de nota fiscal de bens importados levados ao exterior por viajantes.

— Substituiu certidões negativas de débito tributário por declaração do contribuinte.

- Eliminou os subsídios fiscais diretos à exportação.

— Regulamentou as relações entre os produtores e os distribuidores de veículos automotores, com vistas à prática do livre comércio no setor.

— Extinguiu o sistema de fixação de cotas de fornecimento do leite durante a safra para efeito de remuneração do produtor.

— Liberou a industrialização e a comercialização do trigo em todo o território nacional, resultando no fim do cartel das indústrias moageiras.

— O Banco do Nordeste do Brasil passou a exigir, em determinados projetos, Relatórios de Impacto Ambiental.

— O BNDES aplicou US\$ 14 milhões no programa de meio ambiente.

— A SUNAB realizou 59.387 diligências e procedeu a 11.035 autuações.

— Foram contratadas as primeiras operações com o BID e o BIRD destinadas a apoiar, através do BNDES, a nova política industrial do País.

— No âmbito da reforma administrativa, as entidades vinculadas ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento procederam às seguintes alterações em seu quadro de pessoal:

- Comissão de Valores Mobiliários: 76 dispensas e demissões;

- Banco Meridional: redução de 2.560 funcionários;

- SUNAB: 396 funcionários colocados em disponibilidade;

- Banco do Nordeste: redução de 495 funcionários;

- Casa da Moeda: dispensa de 363 empregados;

- Fundação IBGE: demitidos 1.290 funcionários e 788 colocados em disponibilidade;
- Banco do Brasil: redução de 15.739 funcionários;
- Caixa Econômica Federal: redução de 14.631 funcionários;
- SERPRO: demissão de 2.122 empregados;
- BNDES: demissão de 275 funcionários.

— No que tange à reforma patrimonial, os resultados foram:

- CVM: cinco veículos alienados;
- Banco Meridional: 5.920 itens vendidos;
- SUNAB: 33 veículos vendidos e um doado;
- Companhia Nacional de Abastecimento — CNA: 32 imóveis vendidos e alienação de 86 veículos e um avião.
- Banco do Nordeste: vendidos 14 imóveis, 22 automóveis e um avião entregue para alienação (leilão);
- Banco da Amazônia: as alienações proporcionaram receita de Cr\$ 159 milhões;
- Casa da Moeda: oito veículos alienados;
- Banco do Brasil: 1.039 imóveis vendidos e alienados 30 veículos;
- Superintendência de Seguros Privados: dois veículos alienados;
- Caixa Econômica Federal: alienação de 5.399 imóveis, 61 veículos e 8.938 outros bens móveis.
- SERPRO: alienados dois veículos e 648 móveis e equipamentos;
- BNDES: alienação de 22 lotes em Brasília e de 21 automóveis;
- Banco Central: alienou um avião, cinco casas e quatro terrenos em Brasília, 157 imóveis residenciais e 46 veículos. Três microônibus foram doados à LBA.

— As medidas de contenção no consumo de energia e combustíveis proporcionaram os seguintes resultados:

- Banco da Amazônia: redução em 20% das despesas com combustíveis;
 - Casa da Moeda: diminuição de 35% nas despesas com combustíveis;
 - SAG: redução do consumo de 32 mil litros mensais;
 - Instituto de Resseguros do Brasil: queda de 44% no consumo de combustíveis;
 - Superintendência de Seguros Privados: redução no consumo de seis mil litros;
 - Caixa Econômica Federal: redução de 8,4 milhões de kWh no consumo de energia e de 325 mil litros no de combustíveis;
 - BNDES: consumiu menos 30% de combustíveis;
 - Banco Central: deixou de gastar 102 mil litros de querosene para avião a jato, 62 mil litros de álcool e três mil litros de óleo diesel.
- Outros resultados da reforma administrativa foram:
- Banco Meridional: fechamento de 50 agências e duas superintendências; redução de três diretorias adjuntas e de dois departamentos e extinção de duas subsidiárias;
 - Companhia Nacional de Abastecimento: reduziu 76% das gerências regionais;
 - Banco da Amazônia: extinguiu duas diretorias e metade dos órgãos da Direção Geral, fechou seis agências e eliminou 426 funções de confiança;
 - Fundação IBGE: as 26 delegacias fundiram-se em dez departamentos regionais;
 - Instituto de Resseguros do Brasil: as diretorias foram reduzidas de quatro para duas e os departamentos de 28 para 18. Houve, além disso, redução em 40% das funções gratificadas;
 - Departamento do Tesouro Nacional: extinguiu 91 cargos FAS e 101 DAI;
 - Departamento da Receita Federal: 50% de redução das funções gratificadas na unidade central e de 75% nas unidades regionais;

- Banco do Brasil: extinguiu 20 departamentos, 61 divisões e 3.092 cargos de confiança;
- SAG: foram extintos 63 órgãos e 4.789 cargos comissionados;
- Caixa Econômica Federal: diminuição no número de superintendências regionais de 28 para 10 e extinção de 593 funções gratificadas;
- SERPRO: redução de 153 funções gratificadas;
- Banco Central: extinção de duas unidades especiais e de cinco unidades centrais.

Ministério da Agricultura e Reforma Agrária

O Ministério da Agricultura e Reforma Agrária — MARA tem como competência as seguintes áreas: produção agrícola e pecuária; padronização e inspeção de produtos vegetais, animais e de insumos; reforma agrária; meteorologia e climatologia; pesquisa e experimentação agropecuária; vigilância e defesa sanitária animal e vegetal; irrigação e assistência técnica e extensão rural.

Desempenho no Primeiro Ano de Governo

— O INCRA aplicou, nos últimos doze meses, Cr\$ 502 milhões de crédito para o assentamento de 9.605 famílias.

— Início do processo de desapropriação, para fins de reforma agrária, da Fazenda Ipiranga, no Pará. O decreto foi assinado no dia 6 de março de 1991.

- Assentamento e colonização de 143 mil famílias.
- Distribuiu 108 mil títulos de propriedade, beneficiando 540 mil pessoas.
- Desapropriou 43 imóveis, com área de 572 mil hectares.
- Incorporou 67,2 mil hectares irrigados ao processo produtivo agrícola, gerando cem mil empregos diretos e incremento de 565 mil toneladas na produção de grãos.
- Construiu 1.300 quilômetros de linhas de transmissão e barragens, beneficiando 37,9 mil hectares e 2.400 produtores.
- Produziu e comercializou 9.920 toneladas de sementes básicas (arroz, feijão, batata, milho, trigo e soja) pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA.
- Aplicou 177 milhões de vacinas contra febre aftosa, brucelose e tuberculose bovina, peste suína clássica e doenças das aves. Realizou 803 mil exames no combate à brucelose bovina e no controle da anemia infecciosa equina.
- Efetuou inspeção industrial e sanitária de 18 milhões de animais, sete milhões de litros de leite, quatro milhões de toneladas de produtos cárneos, três milhões de toneladas de produtos de origem animal destinados à exportação de um milhão de toneladas de produtos lácteos e pescados.
- Na área de defesa vegetal, apreendeu 1,2 milhão de litros de bebidas diversas.
- Elaborou o «Programa de Emergência para o Combate ao Bicudo do Algodoeiro», no Nordeste.
- Revisou a legislação de trânsito de vegetais.
- Determinou o registro de agrotóxicos com vistas à redução de seu uso danoso.
- Executou o programa de fiscalização geral e inspecionou as principais indústrias de corretivos e fertilizantes.
- Prosseguiu o trabalho de classificação, de fiscalização, de inspeção e de coleta de amostras em estabelecimentos produtores e comerciais de insumos agrícolas.
- Estabeleceu normas de credenciamento de laboratórios para análise de agrotóxicos.

— Na área da pesquisa e experimentação agropecuária, a EMBRAPA deu continuidade a 42 programas nacionais de pesquisa e executou mais de quatro mil projetos.

— A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira — CEPLAC desenvolveu mais de 300 projetos específicos para a região cacaueira.

— Promoveu campanhas com vistas à erradicação do cancro cístico no País.

— No que tange à reforma administrativa, reduziu 8.961 cargos no Ministério e nas Autarquias e extinguiu 1.007 funções de confiança. Procedeu à reestruturação administrativa do INCRA, do DNOCS, da CODEVASF, da EMBRAPA e da CEPLAC.

— Na área da reforma patrimonial, encontram-se em processo de alienação 119 salas em Brasília e em Belo Horizonte, três fazendas e 29 terrenos rurais, além de 405 imóveis funcionais do INCRA, dois do DNOCS e um da EMBRAPA. A CODEVASF já alienou 89 imóveis funcionais e quatro casas. Nove aviões foram postos à disposição da Secretaria da Administração Federal para serem leiloados.

— Estão em andamento comissões de inquérito nas Diretorias Federais de Agricultura nos estados e no INCRA e 20 servidores foram demitidos a bem do serviço público.

— Entre as iniciativas de preservação ambiental, incluem-se a produção de alevinos para a recuperação de açudes, lagos e cursos d'água; o plantio de cem mil mudas de essências florestais para a recuperação do Projeto Jaíba; o controle biológico de pragas e a criação do Centro Nacional de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia.

Ministério do Trabalho e da Previdência Social

O Ministério do Trabalho e da Previdência Social — MTPS absorveu a maioria das atividades dos extintos Ministérios do Trabalho e Ministério da Previdência e Assistência Social, tendo

recuperado o papel de principal instrumento de apoio às demandas trabalhistas e sociais do trabalhador brasileiro.

São suas áreas de competência: o trabalho e sua fiscalização, o mercado de trabalho e a política de empregos, a previdência social e as entidades de previdência complementar, a política salarial e a política de imigração.

Desempenho no Primeiro Ano de Governo

— Reduziu o grau de intervenção do Estado nas relações de trabalho para sua modernização e desenvolvimento de negociações coletivas livres.

— Promoveu política salarial condizente com a conjuntura econômica destinada a evitar perda de poder aquisitivo pelas camadas de renda mais baixa.

— Concedeu o 13º salário a todos os aposentados e pensionistas.

— Concedeu abono salarial para os trabalhadores de baixa renda e para os beneficiários da Previdência Social. A medida significou aumento de rendimentos para dois milhões de trabalhadores e 10,6 milhões de beneficiários da Previdência.

— Executou o «Programa Seguro-Desemprego», beneficiando 2,3 milhões de trabalhadores desempregados.

— Geriu o «Programa de Alimentação do Trabalhador», em benefício de 6.040 mil trabalhadores.

— Administrou o «Programa de Intermediação e Reciclagem de Mão-de-Obra», encaminhando 260 mil trabalhadores desempregados em busca de recolocação no mercado de trabalho.

— Emitiu 8,5 milhões de carteiras de trabalho e previdência social;

— Instalou o Museu do Trabalho Lindolfo Collor, para difusão da história da legislação trabalhista do Brasil.

— O controle rigoroso da permanência dos recursos da Previdência em poder da rede bancária significou um acréscimo

à arrecadação previdenciária direta de 9,83%, contribuindo para a formação de superávit de caixa de Cr\$ 83 bilhões.

— Os resultados obtidos pelo INSS decorrem do comando unificado para as ações integradas dos antigos IAPAS, INPS e Delegacias Regionais do Trabalho. Sinalizam a profissionalização de gestão na Previdência.

— Um relacionamento de novo tipo com a rede bancária, iniciado por convênio assinado com o Banco do Brasil, permite a troca de informações entre a Previdência e os bancos, diminuindo a margem de manobras para fraudes.

— Extinguiu as Delegacias Regionais do Trabalho, incorporando suas responsabilidades à rede de atendimento do INSS.

— Estabeleceu o horário de atendimento ao público nos órgãos do INSS, das 7h às 19h.

— Concedeu os benefícios da Previdência Social a 2,2 milhões de novos beneficiários, dos quais 499 mil localizados em áreas rurais.

— Implantou o sistema de pagamento de benefícios por cartão magnético para reduzir o tempo de permanência da população nos órgãos da Previdência.

— Pagou um salário mínimo aos empregados que recebem mensalmente até dois salários mínimos, de empresas que contribuem para o PIS/PASEP, beneficiando seis milhões de trabalhadores.

— Realizou estudos e pesquisas sobre segurança e saúde ocupacional, para identificação de causas e medidas ao controle da ocorrência de acidentes de trabalho.

— No âmbito da reforma administrativa, tomou as seguintes medidas:

- reduziu em 66% os cargos de confiança no Ministério;
- propôs a redução de 44% dos cargos de confiança do INSS;
- reduziu em 35% as despesas de remuneração de cargos de confiança da DATAPREV, por redução em seu número;
- reduziu em 40% os cargos em comissão da Fundacentro;

- demitiu ou colocou em disponibilidade 2.461 servidores do Ministério e 5.854 servidores do INSS.

- No que tange à reforma patrimonial:

- reduziu a frota de veículos do Ministério de 53 para 23 e alienou 420 da frota do INSS;

- alienou 40 imóveis da Previdência Social e determinou a alienação de outros 907, além dos 418 imóveis funcionais que estão sendo vendidos em Brasília.

- Os resultados dos esforços para a economia de energia e combustível foram expressivos. As despesas com energia elétrica do INSS foram reduzidas em 25%, e o consumo de combustíveis diminuiu em 30% no Ministério, em 60% no INSS e em 12% na Fundacentro.

- Consolidou as normas regulamentadoras do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS, revogando 20 textos legais.

- Encaminhou ao Congresso Nacional Projeto de Lei extinguindo a obrigatoriedade de registro de 15 profissões regulamentadas.

- Simplificou os procedimentos administrativos do «Programa de Alimentação do Trabalhador», diminuindo o número de formulários para facilitar o acesso ao programa de maior número de empresas.

- Aboliu a exigência de apresentação da abreugrafia com exame para admissão ao trabalho.

- Autorizou a abertura do comércio aos sábados e domingos.

- Simplificou os procedimentos para o tratamento de mão-de-obra estrangeira tecnicamente qualificada.

Ministério da Infra-Estrutura

O Ministério da Infra-Estrutura — MINFRA reúne as atribuições e atividades dos antigos Ministérios das Minas e Energia,

Transportes, Comunicações, e parte das funções exercidas pelo extinto Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio. Especificamente, compete ao Ministério:

— *em energia*: formular a política energética nacional e acompanhar e coordenar a sua execução; promover, executar levantamentos, pesquisas e estudos dos recursos hídricos e energéticos em geral e supervisionar, controlar e fiscalizar as atividades relativas ao petróleo;

— *em transportes*: superintender e coordenar a operação dos sistemas de transportes a cargo da administração federal, promovendo sua organização e aparelhamento; formular a política nacional de transportes e o plano viário nacional, bem como promover e acompanhar a sua execução; coordenar, supervisionar e fiscalizar as atividades de transportes terrestres e aquaviários, da marinha mercante, dos portos e vias navegáveis; prestar apoio técnico aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nas áreas de implantação, operação, manutenção e administração de componentes do sistema de transportes;

— *em comunicações*: estabelecer políticas, diretrizes e normas relativas aos serviços postais e de telecomunicações; administrar, controlar e fiscalizar a utilização do espectro de radio-freqüência;

— *em minas e metalurgia*: superintender os interesses da União nos empreendimentos minerais, metalúrgicos e atividades afins; supervisionar, controlar e fiscalizar a exploração dos recursos minerais do País; promover e executar estudos e pesquisas geológicas em todo o território nacional; supervisionar e controlar as atividades de pesquisa, lavra, enriquecimento, reprocessamento, industrialização e comercialização de recursos minerais sujeitos ao monopólio da União.

Desempenho no Primeiro Ano de Governo

— Implantou «Programa de Descongestionamento», com a instalação de sistemas de transmissão utilizando fibra ótica, que

já aumentaram em 21,1% a capacidade de escoamento de tráfego do sistema telefônico.

— Instalou 513 mil terminais telefônicos; 9.635 terminais de telex; seis mil telefones de uso público. Cerca de 950 localidades passaram a contar com o atendimento do serviço telefônico.

— Iniciou a implantação do «Programa Satélite Brasileiro de Segunda Geração» — BRASILSAT.

— Implantou serviço de telefonia móvel no Rio de Janeiro e o implantará em Brasília ainda em 1991.

— Implantou o Projeto «Comodidade do Cidadão», que possibilita ao usuário pagar, por via postal, as contas de telefone.

— Implantou o Serviço de Vale Postal Internacional e do «Express Mail Service», integrando os Correios ao sistema internacional de encaminhamento expresso;

— Implantou novas modalidades de SEDEX, inclusive do sistema SAL («Surface Air Lifted»), destinado a facilitar o encaminhamento de objetos postais ao exterior.

— Integrou os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e pelo Sistema TELEBRÁS.

— Integrou os serviços da EBCT e do Instituto Nacional de Seguridade Social — INSS, para substituir representantes da Previdência em muitas localidades pela agência dos Correios, no que tange ao cadastramento e pagamento de benefícios.

— Assinou convênio com a Central de Medicamentos para distribuição de remédios aos municípios.

— Reiniciou projetos de automação das agências dos Correios, incluindo o sistema de rastreamento de objetos, o sistema de triagem automática de objetos e a rede de teleinformática.

— A PETROBRÁS processou 1.173 mil barris diários de petróleo; produziu 653 mil barris diários de petróleo e líquido de gás natural, representando expansão de 6% em relação à produção do mesmo período no ano anterior.

— Implementou sistema piloto de Marlim, na Bacia de Campos, considerado como o marco inicial para a produção de petróleo em profundidades superiores a 800 metros.

— Ampliou sistema de produção do campo de Canto do Amaro, no Rio Grande do Norte, o que elevou esse estado à condição de maior produtor terrestre de óleo do País (80 mil barris/dia).

— Realizou novas descobertas ao Sul do Campo de Marlim, em águas profundas, na Bacia de Campos.

— Descobriu os campos de Coral e Estrela do Mar, ao Sul do campo de Tubarão, na Bacia de Santos.

— Perfurou 479 poços, totalizando 664 mil metros.

— Realizou a cobertura sísmica de 112.500 quilômetros quadrados.

— Deu continuidade às obras de expansão da Refinaria Landulfo Alves e as obras de construção da segunda unidade de craqueamento catalítico da Refinaria de Paulínea.

— Término de construção e início de operação de dois novos navios-tanque de 50 mil toneladas e de um navio-tanque de 18 mil toneladas.

— Prosseguiu a construção de poliduto entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Concluída, a obra permitirá maior flexibilidade para a movimentação de derivados de petróleo na região.

— Concluiu as obras civis das usinas de Balbina e Samuel.

— Reiniciou as obras da usina de Xingó por determinação expressa do Presidente da República, afastando a ameaça de escassez de energia no Nordeste que se previa para meados da década.

— Prosseguiu as obras civis das usinas Corumbá I, de Serra da Mesa e da usina nuclear Angra II.

— Deu prosseguimento a obras civis e de montagem das usinas térmicas de Jorge Lacerda IV e Jacuí I.

— Produziu 13,6 milhões de toneladas de aço bruto pelas siderúrgicas estatais. Iniciou procedimentos para a privatização dessas empresas.

— Prosseguiu elaboração dos mapas metalogenéticos e de previsão de recursos minerais.

— Assinou contrato de venda de minério de ferro com a China, para a exportação de 8,5 milhões de toneladas nos próximos três anos.

- Exportou 29 mil toneladas de alumínio primário.
- Elevou a capacidade de produção de alumínio da ALBRÁS de 160 mil para 320 mil toneladas/ano.
- Iniciou a implementação do Projeto «Caulim», no Pará, em associação da CVRD com capitais privados.
- Iniciou os projetos de produção aurífera de Rio dos Machados (MG) e Maria Preta (BA).
- Lançou o Projeto «Pólos Florestais da Amazônia Ocidental», que objetiva preservar 300 mil hectares e reflorestar um milhão de hectares em 10 anos.
- Lançou ao mar o navio graneleiro Docessera, com capacidade de 167 mil toneladas.
- Assinou termo de compromisso com o estado do Espírito Santo para o controle ambiental.
- Transportou 35,1 bilhões de toneladas/km pela Rede Ferroviária Federal.
- Deu continuidade ao programa emergencial de recuperação de instalações da Rede Ferroviária Federal, através de ações para sustar a degradação da malha.
- Executou programa de recuperação de trens urbanos, inclusive com reforma de estações, modernização do sistema de sinalização no Rio de Janeiro e em São Paulo.
- Recuperou 14.100 quilômetros de estradas pelo «Programa SOS Rodovias».
- Implantou 128 quilômetros de novas estradas.
- Concluiu estudos para a redefinição da malha rodoviária federal. Esta deverá ser reduzida dos atuais 194.971 quilômetros, para 66.850 quilômetros, sendo o remanescente transferido para os estados.
- Reorganizou setor de transportes aquaviários, com a definição da nova personalidade jurídica de portos e hidrovias.
- Elaborou projetos para a desregulamentação dos setores portuários e hidroviários.
- Realizou trabalhos com vistas à alienação de empresas de navegação sob o controle estatal (LLOYD, FRANAVE, SNBP e ENASA).

— Realizou estudos e iniciou providências para a privatização de serviços portuários e arrendamento de instalações, buscando-se estimular a participação da iniciativa privada nos investimentos.

— Na área da reforma administrativa reduziu em 60.613 pessoas o quadro do funcionalismo nas empresas vinculadas; 8.293 servidores da administração direta e autárquica (incluindo o DNER) foram colocados em disponibilidade. No DNER, diminuiu o quadro de pessoal de 27.700 funcionários para 13.866.

— No que tange à reforma patrimonial, verificou-se redução de 56% (cerca de 58 mil metros quadrados) na área ocupada, em Brasília, pelos órgãos e entidades cujas funções são hoje exercidas pelo MINFRA, com uma conseqüente redução de despesas de Cr\$ 54,6 milhões, em valores atualizados.

— A revisão dos contratos celebrados por órgãos e entidades ligadas aos Ministérios extintos, cujas funções foram absorvidas pelo Ministério da Infra-Estrutura, proporcionou uma economia de Cr\$ 219 milhões.

— No âmbito do MINFRA e de suas entidades e empresas vinculadas, foram alienados 1.764 veículos, seis embarcações, um avião, um helicóptero, um terminal de «containers» e 1.049 imóveis.

— As medidas com vistas à economia de energia e combustível produziram os seguintes resultados: redução de 166 mil kwh de energia elétrica e de 26% no consumo de combustíveis.

— Várias outras medidas foram tomadas com vistas ao atendimento dos objetivos de racionalização contidos no «Programa de Reforma Administrativa», entre os quais destacam-se: liquidação, em fase de conclusão, da PORTOBRÁS e da EBTU; concessão ao estado de São Paulo do trecho paulista da BR-116; substancial redução de diretorias e funções gratificadas na EBCT, TELEBRÁS, PETROBRÁS, CVRD e ELETROBRÁS; redução de 15% (773 funcionários) no quadro da Itaipu Binacional, entre outras.

— Entre as iniciativas de preservação ambiental, destacam-se:

- criação de centro de treinamento de controle de poluição na mineração, através de acordo de cooperação técnica com o Governo do Japão;
 - assinatura de acordo com o governo alemão para a realização de amplo projeto de monitoramento da poluição causada pelo garimpo na Amazônia;
 - início do Projeto «Cadastro Nacional de Garimpo e Garimpeiros»;
 - elaboração do II Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico, coordenado pela ELETROBRÁS;
 - conclusão da primeira fase do Projeto «Rio Doce», com o diagnóstico da situação ambiental atual da Bacia do Rio Doce;
 - plantio de 1,2 milhão de mudas de espécies nativas na faixa de proteção do reservatório de Itaipu;
- criação da Reserva Ecológica de Uatumã, com 460 mil hectares, na área da usina hidrelétrica de Balbina (AM).

Ministério da Ação Social

Ao Ministério da Ação Social compete formular e executar a política governamental nos campos da habitação, saneamento, assistência social, radicação de populações, ocupação do território e migrações internas, bem como na área da defesa civil.

Desempenho no Primeiro Ano de Governo

— Reorganizou e reativou o setor habitacional, que se encontrava quase paralisado.

— Criou o «Plano de Ação Imediata para Habitação» — PAIH. Lançado em maio de 1990, para atendimento de famílias com renda de até 5 salários mínimos. Já aprovou a produção de 210 mil casas e lotes, que beneficiarão cerca de um milhão de pessoas. Os investimentos globais serão de Cr\$ 215 bilhões, com geração de 190 mil empregos diretos.

— Lançou o «Plano de Produção e Recuperação de Loteamentos», para atendimento de famílias com renda de até três salários mínimos. Meta: 300 mil lotes no período de 1991 a 1995. Os investimentos, da ordem de Cr\$ 145,6 bilhões, proveirão do FGTS. Plano lançado em novembro de 1990.

— Negociou com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID com vistas à obtenção de empréstimo de US\$ 200 milhões para a recuperação de áreas degradadas nas 27 capitais.

— Aplicou Cr\$ 9,4 bilhões, de recursos orçamentários, em iniciativas de recuperação e construção de casas e assentamento de lotes. Cerca de 15.033 lotes foram distribuídos e 28.499 casas construídas, melhoradas ou complementadas.

— Reorganizou institucional e financeiramente o setor de saneamento, redefinindo critérios de financiamento, elaboração e apresentação de projetos.

— Instalou o «Plano de Ação Imediata de Saneamento» (País Brasil). Contratou obras e serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e limpeza urbana (recursos do FGTS) no valor de Cr\$ 156 bilhões, assim distribuídos:

- «Programa para Núcleos Urbanos Organizados» — PRONURB: Cr\$ 130,7 bilhões, para sistemas integrados de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos;

- «Programa de Saneamento Urbano para População de Baixa Renda» — PROSANEAR: Cr\$ 2,4 bilhões, para abastecimento de água e rede de esgotos;

- «Programa de Infra-estrutura Urbana» — PROBASE: Cr\$ 23,5 bilhões, para sistemas integrados de drenagem com arruamento e pavimentação.

— Lançamento do «Plano Nacional de Saneamento Rural» pelo Presidente Fernando Collor, em dezembro de 1990. Atenderá núcleos com população entre 5 e 100 mil habitantes, com soluções técnicas simples e adequadas aos recursos das comunidades beneficiárias. Serão aplicados este ano, com recursos orçamentários, Cr\$ 10,1 bilhões.

— Desenvolveu, em 1990, várias ações de saneamento em áreas urbanas e rurais.

— Implantou, em pequenas comunidades do semiárido nordestino, infra-estrutura hídrica permanente, para ampliar a oferta de água.

— Os Projetos «Padre Cícero» e «Novo Jequitinhonha» aplicaram Cr\$ 3,5 bilhões em saneamento rural.

— Está em fase final de negociações com o BID empréstimo de US\$ 450 milhões para o «Programa Social de Emergência» — PROSEGE. Os recursos serão aplicados em obras de drenagem e esgotamento urbano.

— «Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes». Mensalmente, até 15 de janeiro de 1991, distribuiu cerca de 48 milhões de cupons para troca por leite. A partir dessa data, os beneficiários foram transferidos para programas de suplementação ou complementação alimentar mantidos pela LBA e pelos Ministérios da Saúde e da Educação.

— Apoio nutricional materno-infantil. A LBA aplicou Cr\$ 5,3 bilhões para atender a cerca de 770 mil pessoas carentes, privilegiando grupos de alto risco: crianças de até seis anos e gestantes e nutrizes.

— Concedeu assistência a microunidades de produção familiares e comunitárias, fornecendo recursos para a compra de instrumentos, equipamentos de trabalho e capacitação gerencial.

— Criou o Projeto «Ministério da Criança», que constitui o plano social do Governo para atendimento aos direitos humanos e sociais da criança e do jovem. A proposta inclui mais de 50 categorias distintas de ações.

— A Legião Brasileira de Assistência e o Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência aplicaram cerca de Cr\$ 6,7 bilhões na promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

— Recuperou e aparelhou 789 creches conveniadas.

— Atendeu, em creches, 1,4 milhão de crianças por mês.

— Capacitou 1,2 milhão de crianças em ações integradas de educação e trabalho.

— Implantou o Projeto «Recreio», para preencher com atividades o período das férias escolares, incluindo o fornecimento de alimentação e prestação de assistência médica.

— Projeto «Recriança», que atende crianças na faixa de sete a oito anos, com reforço didático e orientação profissional.

— Intensificou as atividades de atendimento aos idosos e portadores de deficiência, em benefício direto a cerca de 150 mil idosos e 133 mil deficientes.

— Com autorização presidencial, vem elaborando projeto que formulará a política de atenção ao idoso, a ser denominado Projeto «Vivência».

— Para atender à população atingida pela estiagem prolongada no Nordeste, a Secretaria Especial de Defesa Civil:

- construiu e recuperou, em conjunto com a Secretaria Nacional de Saneamento, 4.197 obras de infra-estrutura hídrica;

- viabilizou a contratação de 1.214 carros-pipa para abastecimento de água a cerca de 500 municípios;

- viabilizou, por repasse de recursos no montante de Cr\$ 317 milhões ao Ministério da Agricultura, a distribuição de 1.700 toneladas de sementes, beneficiando 61 mil pequenos produtores;

- participou do cadastramento de 655.333 famílias que desde novembro recebem cestas de alimentos do «Programa Gente da Gente».

— Executou obras, distribuiu material de construção, alimentos, agasalhos e remédios a famílias flageladas por enchentes no Acre, Tocantins, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

— Promoveu a construção ou recuperação de 9.530 casas e de seis prédios públicos e comunitários afetados por enchentes.

Órgãos da Presidência da República

Secretaria-Geral da Presidência da República

A Secretaria-Geral da Presidência da República, órgão de assistência direta e imediata do Presidente da República, tem por finalidade: assistir o Presidente da República no desempenho de suas atribuições; coordenar a ação administrativa do Governo, o acompanhamento de programas e políticas governamentais e o relacionamento com os estados, o Distrito Federal e os municípios; preparar as mensagens do Presidente da República ao Congresso Nacional, acompanhar a tramitação de atos legislativos e examinar, em articulação com outros órgãos da Administração Pública Federal, os que devem ser submetidos à sanção presidencial; e exercer a supervisão técnica das Secretarias da Presidência da República.

Desempenho no Primeiro Ano de Governo

— Em sua atividade principal de coordenar a ação administrativa do Governo, apoiou a tomada de decisão presidencial

na sanção de 74 leis, 19 vetos parciais, 25 vetos totais, na edição de 79 medidas provisórias, 668 decretos numerados, 2.207 decretos pessoais, na expedição de 644 mensagens, 233 requerimentos de informação (recebidos e encaminhados) e 1.540 pedidos de parecer. Foram recebidos e processados 43.372 expedientes.

— Implantou o Projeto «Alvorada» para restauração da residência presidencial.

— No âmbito da reforma administrativa, obteve os seguintes resultados:

- reduziu o pessoal de 2.262 para 1.794, o que corresponde a uma diminuição de 21%;

- implantou folha de pessoal integrada à do Tesouro Nacional;

- reduziu o número de veículos da Presidência de 310, em 15 de março de 1990 para 152 (redução de 51%), com a conseqüente diminuição do pessoal no Departamento dos Transportes de 420 para 270 servidores;

- reduziu em mais de 50% o consumo de álcool carburante;

- instalou comissão interna de conservação de energia, com redução de consumo em torno de 15%;

- devolveu à Secretaria da Administração Federal, para venda, as residências oficiais do Lago Sul, em Brasília;

- alienou 362 apartamentos funcionais.

— Apoiou a Secretaria de Imprensa, o Cerimonial, e os departamentos de transportes, comunicações, saúde, orçamento e finanças na organização de 46 viagens no Brasil.

— Construiu espelho d'água no Planalto, após contatos com Oscar Niemeyer e o Governo do Distrito Federal.

— A Secretaria de Imprensa da Presidência da República assistiu o Presidente da República no seu relacionamento com representantes da imprensa nacional e estrangeira, e ainda:

- organizou e coordenou a cobertura, pela imprensa, de atos e atividades dos quais participou o Presidente da República;

- estabeleceu normas de credenciamento de jornalistas brasileiros e estrangeiros, para a cobertura das atividades da Presidência da República;

- convocou redes obrigatórias de rádio e televisão para a transmissão de pronunciamentos do Presidente da República;

- preparou textos de divulgação do interesse da Presidência da República;

- orientou a linha editorial de veículos de comunicação mantidos pelo Governo Federal;

- organizou a cobertura de imprensa das viagens presidenciais no Brasil e no exterior;

- editou publicações do interesse da Presidência da República;

- coordenou a política de comunicação social do Governo Federal.

— O Cerimonial zelou pela observância das normas do Cerimonial Público nas solenidades a que compareceu o Presidente da República, e também:

- organizou, orientou e coordenou a entrega de credenciais;

- prestou assessoramento na preparação e execução das viagens e visitas oficiais;

- elaborou o programa de viagens oficiais do Presidente da República ao exterior;

- organizou as audiências do Presidente da República a agentes diplomáticos e personalidades estrangeiras.

Gabinete Militar da Presidência da República

O Gabinete Militar da Presidência da República, órgão de assistência direta e imediata do Presidente da República, tem

por finalidade: assistir o Presidente da República no desempenho de suas atribuições referente aos assuntos militares; zelar pela segurança do Presidente da República, do Secretário-Geral, do Chefe do Gabinete Militar e do Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República, bem como de suas residências e dos Palácios da Presidência da República; coordenar a participação do Presidente da República em cerimônias militares e supervisionar as atividades de transporte do Presidente da República.

Desempenho no Primeiro Ano de Governo

— Redução em 20% do corpo de servidores militares.

— Programação, preparação e apoio a viagens e eventos dos quais participou o Senhor Presidente da República, em articulação com a Secretaria-Geral da Presidência da República e o Cerimonial. No primeiro ano de Governo (até 20 fev. 91) essas atividades alcançaram as seguintes cifras:

• viagens aos estados	52
• cidades e localidades visitadas	68
• países visitados	12
• cerimônias, visitas e eventos em Brasília	58

— Foram tomadas as seguintes medidas de racionalização e de contenção de despesas no âmbito das viagens presidenciais: eliminação do Destacamento Precursor nas viagens internas e internacionais; redução do efetivo do Escalão Avançado; utilização das linhas regulares da aviação comercial e organização de comitivas com menor número de integrantes nas viagens internacionais.

— Reorganização do Gabinete Militar, com a criação de uma Subchefia Executiva.

— Valorização das solenidades de descida e subida da rampa do Palácio do Planalto com vistas a proporcionar ao Senhor Presidente da República a oportunidade de receber maior número de visitantes e de homenagear personalidades nacionais e estrangeiras nos variados ramos de atividade, além de estimular o culto ao civismo.

— Cooperação com a Vice-Presidência da República na organização de sua Assessoria Militar.

— Cooperação com a Secretaria-Geral, com vistas à consolidação da nova estrutura do Gabinete Militar, em adequação ao preconizado pela Reforma Administrativa.

— Cooperação com a Secretaria de Assuntos Estratégicos, com vistas à transformação das estruturas dos extintos SNI e SADEN nas atuais daquela Secretaria, conforme previsto na Reforma Administrativa.

— Cooperação com a Secretaria-Geral, com a Secretaria de Assuntos Estratégicos, com a Secretaria do Meio Ambiente e com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, em atividades voltadas à conservação do meio ambiente.

— Emissão de pareceres relativos à constituição e organização do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, em consonância com os preceitos da Reforma Administrativa.

— Elaboração de estudos, em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, sobre a estrutura administrativa daquele órgão, com o objetivo de outorgar-lhe as condições necessárias para o melhor cumprimento de sua missão de coibir ilícitos e fraudes fiscais e de evasão de divisas.

— Contatos com o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento e com a Secretaria de Assuntos Estratégicos, com o objetivo de estabelecer medidas destinadas a assegurar a preservação da indústria nacional de materiais de defesa.

— Participação no Grupo de Trabalho que procede à regulamentação da atividade garimpeira no País.

— Elaboração de estudos e propostas, com vistas a pôr fim à comercialização ilegal de ouro e de outros minerais, sustentando a evasão de divisas decorrente.

— Participação no Grupo de Trabalho que formula a nova política indigenista brasileira.

— Elaboração de estudos e propostas pela continuidade do Projeto «Calha Norte», com as adaptações necessárias para assegurar a preservação do meio ambiente.

— Colaboração com o Projeto «Ministério da Criança».

— Participação na Comissão de Civismo, com a finalidade de incrementar as atividades cívicas e de reavivar, nos brasileiros, os sentimentos de amor à Pátria e de orgulho pela nacionalidade, bem como a de revestir com brilho as comemorações de datas históricas e de eventos cívicos.

— Coordenação e estabelecimento de normas gerais para a solenidade mensal de substituição da Bandeira Nacional na Praça dos Três Poderes e para o cerimonial militar nas solenidades do Palácio do Planalto.

— Cooperação com o Ministério da Justiça no preenchimento de cargos em nível federal.

— Defesa e conciliação dos interesses dos Ministérios Militares e do Estado-Maior das Forças Armadas em assuntos de interesse específico de cada Pasta, inclusive naqueles relacionados ao «Programa de Reforma Administrativa».

— Elaboração de estudos com vistas a definir a eventual participação de militares brasileiros no Grupo de Observadores das Nações Unidas na América Central — ONUCA.

— Cooperação e acompanhamento das operações de destruição de pistas de pouso em áreas de garimpo clandestino na Amazônia.

— Determinação de estudos com vistas à redução do número de Aditâncias no exterior, de modo a compatibilizá-lo com a fase de contenção de despesas por que atravessa o País.

— Coordenação do «Programa Gente da Gente», que de novembro do ano passado até o mês de maio de 1991 distribui, mensalmente, cestas básicas de alimentos a 655 mil famílias afetadas pela seca do Nordeste, beneficiando um total de 3,2 milhões de pessoas em 554 municípios. Além do Gabinete Militar (Subchefia do Exército), participam do Programa os Ministérios do Exército, da Aeronáutica, da Economia, Fazenda e Planejamento e o da Ação Social, além da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República, a COBAL, CIBRAZEM e a CFP.

— Coordenação inicial do planejamento do «Programa SOS Rodovias». O referido programa possibilitou, em 1990, a recuperação de mais de 10 mil km da malha rodoviária federal.

Órgãos de Assessoramento Direto ao Presidente da República

Estado-Maior das Forças Armadas

O Estado-Maior das Forças Armadas é o órgão encarregado de elaborar estudos para a fixação de políticas, diretrizes estratégicas e doutrinas militares, de coordenar planos e programas de pesquisa, desenvolvimento e mobilização, de coordenar o levantamento de informações estratégicas no campo militar e de propor soluções a problemas de logística comuns às Forças Armadas.

Órgãos subordinados: Escola Superior de Guerra, Hospital das Forças Armadas e Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa.

Desempenho no Primeiro Ano de Governo

— Deu prosseguimento ao Projeto «Missão Espacial Completa Brasileira» — MECB, através da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais — COBAE. Destacam-se, na área, como fatos significativos, a entrada em operação do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, e a missão, bem-sucedida, de lan-

çamento do foguete Sonda-III, com 142 quilos de carga útil, que alcançou a altitude (apogeu) de 400 quilômetros.

— Por intermédio do «Programa de Apoio Social Especial Integrado» continuou a prestar atendimento de saúde a populações carentes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (com recursos do Ministério da Saúde e sob a coordenação geral do EMFA, o PASEI aproveita pessoal das Forças Armadas e médicos, dentistas e farmacêuticos que, convocados para prestação do serviço militar, optam por servir ao programa, ou se apresentam como voluntários).

— Realizou exercícios operacionais e logísticos com o Exército brasileiro e a Escola Superior de Guerra.

— Elaborou proposta às Forças Singulares sobre a política de ciência e tecnologia das Forças Armadas, na qual foram estabelecidos critérios, procedimentos e objetivos para as atividades de pesquisa e de desenvolvimento científico e tecnológico, formação de recursos humanos e fomento industrial.

— Colaborou com o Projeto «Ministério da Criança».

— Estudou a legislação das Forças Armadas, com destaque para a Lei de organização judiciária militar; o Estatuto dos militares; as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas; a Lei de remuneração dos militares e Regulamentos do Estado-Maior das Forças Armadas, da Escola Superior de Guerra, do Hospital das Forças Armadas e da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa.

— Acompanhou e gerenciou o «Projeto de Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite» — SISCOMIS e o «Projeto de Implantação do Sistema Militar Brasileiro de Comando e Controle» — SISMC-2.

— Coordenou e executou o calendário esportivo militar.

— Realizou reuniões internacionais relacionadas à área de informações estratégicas, cabendo destaque para o IV Simpósio de Estudos Estratégicos (Argentina, Brasil e Uruguai) e para a XI Reunião Anual de Consultas sobre Assuntos de Segurança Brasil-Estados Unidos.

— Realizou os cursos regulares na Escola Superior de Guerra, dos quais participaram 277 estagiários civis e militares.

— Com vistas à redução de despesas, cancelou a participação de delegação brasileira em sete competições desportivas no exterior, adiou uma viagem de estudos e suspendeu uma inspeção administrativa na Junta Interamericana de Defesa, e ainda programou a economia gradativa de despesas com as aditâncias, que deverá atingir uma redução anual de US\$ 625 mil a partir de 1992.

— No âmbito da reforma administrativa, colocou em disponibilidade 44 servidores civis do Hospital das Forças Armadas, extinguiu uma tabela de especialistas com 75 empregos e rescindiu 14 contratos de trabalho.

— No âmbito da reforma patrimonial, entregou a residência que no passado servia ao Chefe do EMFA, na Perínsula dos Ministros, em Brasília, à Secretaria de Administração Federal da Presidência da República, para fins de alienação. Com o mesmo fim, recolheu 12 veículos à Secretaria de Administração Federal.

— Graças aos esforços adicionais de conservação de energia e combustíveis, o EMFA reduziu seu consumo de energia elétrica em 6,4%; de álcool, em 34,05%, e de gasolina, em 10,17%.

— Concluiu proposta que permitirá economia gradativa de despesas com as aditâncias no exterior.

— A Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa cumpriu, plenamente, sua missão de representar o País naquela Organização e no Colégio Interamericano de Defesa.

— O Hospital das Forças Armadas:

- desenvolveu programa de residência médica nas mais diversas especialidades;
- prestou assistência médico-odontológica ao corpo diplomático;
- manteve convênios com diversos órgãos da área federal e do governo do Distrito Federal, apoiando inclusive hospitais da rede pública;
- renovou parte dos equipamentos médico-odontológicos do hospital.

Consultoria Geral da República

A Consultoria Geral da República — CGR é o mais elevado órgão de assessoramento jurídico do Presidente da República, submetido à sua supervisão direta, pessoal e imediata. Compete-lhe assessorar o Presidente da República em assuntos de natureza jurídica, produzindo pareceres e estudos ou propondo normas, medidas e diretrizes; fixar a interpretação da Constituição, das leis, de tratados e atos normativos outros, a ser uniformemente seguida pelos órgãos e entes da Administração Pública Federal; uniformizar a jurisprudência administrativa federal, solucionando as divergências entre órgãos jurídicos da Administração; coordenar os trabalhos do Serviço Jurídico da União, suas autarquias, e os demais, de consultoria e assessoramento jurídicos, realizados na Administração Federal, para que, no âmbito desta, se uniformize a jurisprudência administrativa, sejam corretamente aplicadas as leis e se previnam litígios judiciais.

Desempenho no Primeiro Ano de Governo

— Prestou informações ao Poder Judiciário, em defesa da União, nos procedimentos judiciais intentados, assim discriminados: 41 Ações Diretas de Inconstitucionalidade; 27 Mandados de Injunção; 81 Mandados de Segurança, seis *Habeas Corpus* e uma Reclamação.

— Em 21 processos administrativos que resultaram demissões a bem do serviço público, cuidou de acompanhar a sua repercussão no âmbito da jurisdição penal, questionando junto à Procuradoria-Geral da República, órgão competente para a propositura de ações penais.

— Produziu estudos jurídicos sobre todos os atos relativos à reforma administrativa e os procedimentos visando a desre-

gulamentações concretizadas pelo Governo, emitindo 20 pareceres.

— Emitiu 26 pareceres, 155 informações, 50 notas e efetuou 359 exames sobre assuntos diversos.

— Examinou e opinou sobre os aspectos jurídicos de 129 medidas provisórias, 164 projetos de lei e 275 decretos, bem como vetos e sanções submetidos ao Presidente da República.

Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente da República

Secretaria da Cultura

A Secretaria da Cultura da Presidência da República — SC/PR tem como áreas de atuação o planejamento, a coordenação e a execução da política cultural, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, e a proteção do patrimônio cultural brasileiro.

Para cumprir essa missão, a Secretaria tem como órgãos executores o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, responsável pela identificação, inventário, documentação, registro, difusão, vigilância, tombamento, desapropriação, conservação, restauração, uso e revitalização do patrimônio cultural brasileiro; o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura, voltado para incentivar a produção, a prática e o desenvolvimento das atividades artísticas e culturais; a Biblioteca Nacional, responsável pela conservação e preservação da memória bibliográfica e documental brasileira; a Fundação Casa de Rui Barbosa, com a finalidade de promover estudos e pesquisas na área da filologia, jurisprudência e história e, ainda, a Fundação Cultural Palmares, que tem por objetivo a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na constituição da sociedade brasileira.

Desempenho no Primeiro Ano de Governo

— Realizou 23 projetos de obras de emergência em monumentos tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em oito estados da Federação.

— Realizou obras de restauração e conservação no Museu Nacional de Belas Artes, no Museu Histórico Nacional, na Casa de Rui Barbosa e na Casa da Hera.

— Reinaugurou o Museu do Açude, no Rio de Janeiro.

— Inaugurou, no Rio de Janeiro, o Espaço Cultural «Esquina da Memória Viva», centro de documentação e informações sobre o patrimônio cultural brasileiro.

— Conservação e divulgação do acervo bibliográfico, documental e iconográfico da Biblioteca Nacional.

— Executou projetos sobre a influência do negro na formação da sociedade brasileira.

— Apoiou a realização dos Festivais de Teatro de Londrina e Rio de Janeiro e do IX Congresso de Teatro; Incentivou a popularização de espetáculos através da campanha «Vá ao Teatro».

— Concedeu apoio técnico para a construção ou readequação dos seguintes teatros: Teatro Amador (Brasília), Teatro Santa Rosa (Paraíba), Centro Cultural Santo Angelo (Rio Grande do Sul) e Teatro Municipal de Cocal (Rondônia).

— Formação de turma (18 alunos) da Escola Nacional de Circo; e abertura da mesma escola para ensaios de profissionais circenses.

— Realizou as exposições Projeto «Macunaíma» e «Retrospectiva dos Premiados do Salão Nacional de Artes Plásticas».

— Apoiou a realização dos Festivais de Inverno de Ouro Preto e Campina Grande.

— Realizou cursos sobre organização e preservação de acervos fotográficos nos estados da Bahia, Santa Catarina, Espírito Santos e São Paulo.

— Apoiou a realização, em Curitiba, da mostra gráfica «Brasil 39».

— Reabriu ao público a exposição permanente do Museu do Folclore Edison Carneiro e apoiou a realização das exposições «Sonhos Esculpidos»; «Folclore, Ontem e Hoje» e o «Santo de Casa».

— Apoiou a realização do II Festival Internacional do Folclore e do Artesanato, em Campo Grande (Mato Grosso do Sul).

— Fiscalizou o mercado videográfico através do registro de 1.068 empresas, distribuiu 6,8 milhões de enquetes e registrou 4.888 filmes para vídeo.

— Incentivou a difusão de obras cinematográficas através do apoio à realização dos Festivais de Cinema de Gramado, Brasília e Natal.

— Participou da Comissão que elaborou anteprojeto de lei para a desregulamentação e desenvolvimento do complexo audiovisual, à luz da nova política industrial e de comércio exterior, no qual destacam-se:

- o fim da reserva de mercado e do financiamento à produção e distribuição a partir da renúncia fiscal;
- criação de linhas especiais de crédito, incluindo a conversão da dívida externa em investimento;
- criação de um sistema de premiação instantâneo na locação de fitas videocassete.

— Elaborou, em conjunto com o Ministério da Justiça, anteprojetos de lei com vistas à coibição do comércio de videofonograma e à reformulação do Código Penal, referente a esse aspecto.

— Distratou 72 filmes, dos quais nove inéditos, do total de 492 pertencentes ao acervo da EMBRAFILME, possibilitando, assim, a veiculação dos mesmos por outras distribuidoras.

— Distribuiu 112 mil livros a bibliotecas de diferentes estados.

— Registrou e atualizou o cadastro de cerca de quatro mil bibliotecas públicas conveniadas com o Instituto Nacional do Livro.

— Participou do III Encontro de Ministros da Cultura e Responsáveis pela Política Cultural da América Latina e do Caribe.

— Participou do I Encontro dos Ministros de Informação e Cultura dos Países de Língua Oficial Portuguesa, realizado em Lisboa, Portugal.

— Participou da reunião da «Rodada Uruguaia» do GATT que tratou de aspectos comerciais dos direitos de propriedade intelectual.

— Promoveu Exposições de Artes do Servidor Público Federal, em Brasília.

— Apoiou a realização do IV Salão de Humor do Piauí.

Secretaria de Ciência e Tecnologia

Compete à Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República — SCT/PR planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de ciência e tecnologia, inclusive tecnologia industrial básica, e atividades de pesquisa e desenvolvimento em áreas prioritárias, bem como formular e implementar a política de informática e automação. Além disso, cabe à secretaria incentivar a iniciativa privada a assumir, crescentemente, responsabilidades na atualização tecnológica da economia nacional, ampliando os investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Desempenho no Primeiro Ano de Governo

— Elaborou o «Plano Plurianual da Secretaria de Ciência e Tecnologia 1991/1995».

— Instituiu o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades do setor.

— Elaborou projeto, transformado na Lei nº 8.010, que dispensa do exame de similaridade e da emissão de guia de importação, e isenta de impostos a importação de máquinas, aparelhos e instrumentos destinados à pesquisa científica e tecnológica.

— Coordenou, juntamente com a Secretaria de Assuntos Estratégicos e a Secretaria do Desenvolvimento Regional, comissão que emitiu recomendação do emprego de conhecimentos de ciência e tecnologia para uma nova estratégia de desenvolvimento para o Nordeste.

— Definiu diretrizes e medidas para o apoio à capacitação tecnológica da indústria.

— Propôs a concessão de incentivos fiscais para estimular a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária nacionais.

— Iniciou a elaboração de projeto para a alteração do Código Brasileiro de Propriedade Industrial.

— Criou o «Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade» e instituiu o Comitê Nacional de Qualidade e Produtividade.

— Propôs medidas para capacitar tecnologicamente a indústria farmacêutica nacional, de modo a habilitá-la a competir dentro das novas regras a serem estabelecidas na legislação de patentes.

— Reformulou a proposta do «II Plano Nacional de Informática» — PLANIN, hoje em exame no Congresso Nacional.

— Adequou a estrutura e o regimento do Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN às determinações do Programa de Reforma Administrativa do Governo.

— Atualizou a política de informática à luz das novas políticas industrial e de comércio exterior.

— Promoveu a substancial redução na lista de produtos de informática cuja importação requer a anuência prévia do Go-

verno, no período de 1º de janeiro de 1991 a 29 de outubro de 1992, a partir de quando será extinto esse controle.

— Estabeleceu condições para a formação de «joint-ventures tecnológicas», nas quais empresas nacionais de informática podem contar com a participação, tanto de capital quanto de tecnologia, de empresa estrangeira.

— Aperfeiçou a legislação de comercialização de programas de computador e de estímulo à sua produção no País.

— Elaborou e encaminhou ao Congresso projeto de lei atualizando a Lei de Informática.

— A Secretaria da Ciência e Tecnologia e a Secretaria da Administração Federal iniciaram sistema de normatização e especificações de compras governamentais de bens de informática, com vistas a promover o aumento da qualidade dos produtos nacionais.

— Apresentou proposta de revisão de tarifas de bens finais e de insumos da indústria de informática.

— Participou do «Programa Brasileiro-Argentino de Pesquisa e Estudos Avançados em Informática».

— Avanço significativo de pesquisas com aplicação de supercomputadores, notadamente nas universidades e centros de pesquisa do País.

— Criou o «Programa Nacional de Racionalização da Produção e do Uso de Energia.»

— No âmbito do programa acima referido, determinou a constituição de grupos de trabalho com a finalidade de estruturar o sistema de informações em energia, definir bases para a produção de lâmpadas incandescentes mais eficientes, racionalizar o uso de energia em rodovias (tráfego de caminhões) e implementar a utilização de gás natural como combustível em ônibus urbano, entre outras.

— Criou comissões internas de conservação de energia nos órgãos da administração federal.

— Contribuiu nos estudos de elaboração da nova matriz energética brasileira.

— Assinou com o Banco Mundial o «Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico II», no valor glo-

bal de US\$ 300 milhões. O programa dá prioridade a projetos relacionados à conservação do meio ambiente.

— O «Programa de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Tecnológico» concedeu cerca de três mil bolsas em várias modalidades, no Brasil e no exterior, nas áreas de informática, química fina, biotecnologia, mecânica de precisão e novos materiais. Deverão ser concedidas seis mil bolsas em 1991.

— Concederá, a partir de 1991, bolsas do programa acima referido, também para as áreas de meio ambiente, energia, tecnologia mineral e tecnologia industrial básica.

— As principais realizações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq compreenderam atividades relacionadas a funções de fomento (32.240 bolsas no Brasil e 3.433 no exterior); pesquisa (física teórica aplicada, matemática pura e aplicada, astrofísica, astronomia, energia nuclear, informática, tecnologia mineral e outras), e difusão e informação em ciência e tecnologia.

— A Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP financiou 1.315 projetos em 1990, entre os quais vale mencionar aqueles nas áreas de processos industriais químicos, metal-mecânica e novos materiais, agropecuária, transporte e energia, e meio ambiente.

— O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — INPE renovou acordo com a NASA, estabelecendo novas atividades por um período de mais sete anos, inclusive na área de lançamento de foguetes de sondagem para a medição de ozônio na atmosfera. Outros principais projetos executados pelo INPE, foram:

- término dos testes de todas as unidades de vôo do primeiro satélite de coleta de dados;

- conclusão de levantamento dos desmatamentos da Amazônia Legal;

- monitoramento diário das queimadas em todo o Brasil, em apoio ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA.

— O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA deu continuidade às suas linhas de pesquisa, destacando-se

aquelas na área da aquicultura, biologia aquática, botânica, ciências agrônômicas, saúde, ecologia, silvicultura tropical e outras.

— Importantes atividades mantiveram, também, o Instituto Nacional de Tecnologia — INT e a Fundação Centro Tecnológico para a Informática.

Secretaria do Meio Ambiente

As atribuições da Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República — SEMAM/PR na condução da política ambiental, podem ser sistematizadas em três conjuntos básicos: planejamento, coordenação e disseminação, consubstanciados, respectivamente, no Programa, no Conselho e no Sistema Nacional do Meio Ambiente, tendo a SEMAM como órgão central e o IBAMA como órgão executivo; educação ambiental, para mobilização da coletividade, o monitoramento e fiscalização de caráter preventivo e repressivo dos agentes poluidores e predatórios, e a geração e difusão de ciência e tecnologia para utilização sustentada dos recursos do meio ambiente; unidades de conservação, que têm por função preservar ecossistemas vulneráveis, recuperar áreas já degradadas e promover o desenvolvimento ecologicamente sustentado.

Desempenho no Primeiro Ano de Governo

— Coordenou o «Programa Nacional do Meio Ambiente», com o objetivo de preservar os ecossistemas nacionais e fortalecer os órgãos de meio ambiente. O Programa deverá contar, em breve, com financiamento do Banco Mundial.

- Operacionalizou o Fundo Nacional do Meio Ambiente.
- Participa da Comissão Interministerial encarregada de organizar a II Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a se realizar no Rio de Janeiro em 1992.
- Participa do desenvolvimento do projeto de zoneamento ecológico do Brasil.
- Coordenou ações com vistas à efetiva integração dos órgãos federais aos princípios da preservação do meio ambiente.
- Formulou diretrizes visando à articulação dos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, para compatibilizar suas ações com as propostas do Governo Federal.
- Coordenou o Projeto «Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas» — PMACI, a ser concluído este ano, com o objetivo de apoiar os órgãos responsáveis pela preservação ambiental; proteger os indígenas, e realizar ação fundiária na região de influência da rodovia BR-364.
- Assistiu ao Ministério das Relações Exteriores no Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraná — Paraguai, no Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, no Protocolo de Montreal sobre proteção da camada de ozônio na atmosfera, no Tratado de Cooperação Amazônica, na Comissão de Estudos sobre Diversidade Biológica e na programação da Comissão Internacional da Baleia.
- Participou no grupo de trabalho sobre a situação atual do «Programa Nacional de Energia Nuclear».
- Participou da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, encarregada de coordenar as ações de gerenciamento costeiro; do Programa Antártico, e outras.
- Incluiu programa-piloto de conservação de florestas tropicais na relação de programas passíveis de financiamento com recursos do Grupo dos Sete (Estados Unidos, Canadá, Japão, Reino Unido, Alemanha, França e Itália).
- Elaborou o Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, que regulamenta a legislação referente à Política Nacional do Meio Ambiente, à criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental.

— Elaborou os decretos que criam as Áreas de Relevante Interesse Ecológico de Cerrado do Pé de Gigante e do Buriti de Vassununga, ambas no município de Santa Rita do Passa Quatro (São Paulo).

— Elaborou decretos: criando a Reserva Biológica do Uatumã, no Estado do Amazonas; áreas de proteção ambiental nos Estados do Maranhão e Tocantins; e declarando de utilidade pública, para efeito de desapropriação, terras delimitadas na área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, no Estado de Goiás.

— Implementou, em conjunto com o Governo do Estado do Pará e o Departamento Nacional de Produção Mineral, o programa de recuperação e controle do garimpo no Rio Tapajós.

— Está implementando, em conjunto com a Secretaria da Ciência e Tecnologia, sistema de informações na área ambiental, priorizando as entidades estaduais de meio ambiente.

— Executou a Operação Amazônica, de combate a queimadas e desmatamento, com a utilização de 323 agentes e 500 horas de vôo de helicóptero na região.

— Deu prosseguimento a ações de recuperação, regularização fundiária, pesquisa e desenvolvimento de planos de manejo, a 34 parques nacionais, 23 reservas biológicas e 84 estações ecológicas, cuja área corresponde a cerca de 2% do território nacional.

— Executou programa preventivo de combate a queimadas e ao desmatamento, em área de oito milhões de hectares.

— Projetou, elaborou e instalou, na Estação Comandante Ferraz, na Antártica, dois módulos de madeira destinados a laboratórios de estudos na área de ciências atmosféricas.

— Executou operação de preservação e fiscalização permanente de áreas remanescentes intocadas da Mata Atlântica.

— Realizou inventário dos resíduos industriais perigosos, como subsídios aos planos estaduais de gestão ambiental.

— Executou programa de avaliação ecotoxicológica (contaminação por uso de agrotóxicos, destinação final de resíduos de agrotóxicos) e estudos de aprimoramento da legislação.

— Recuperou infra-estrutura e operacionalizou o Centro Nacional de Conservação e Manejo dos Sirênios (Peixe-Boi); o Centro de Recuperação e Reintrodução de Animais Silvestres; o Centro de Estudos de Migração de Aves, e o Centro Nacional de Conservação e Manejo de Quelônios da Amazônia.

— Obteve a regularização fundiária do Parque Nacional da Serra do Cipó (MG) e do Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS).

— Participou do Projeto «Recreio-Recriança», organizado pelo Centro Brasileiro da Infância e da Adolescência.

— Combateu a pesca predatória e efetuou a vigilância dos defesos do camarão, lagosta, sardinha e outras espécies. Proibiu a pesca profissional nos períodos de piracema e coibiu o uso de apetrechos impróprios à pesca.

— Executou o Projeto «IARA, de aproveitamento racional de recursos pesqueiros.

— Fiscalizou e combateu o tráfico de peles, a pesca predatória e a caça de animais do Pantanal Mato-Grossense, em ação conjunta com a Polícia Federal e a Polícia Florestal.

— Implantou seringais em áreas favoráveis, concedendo apoio ao processo produtivo em áreas de seringais nativos.

— Na área da reforma administrativa, os seguintes resultados foram apresentados:

- foram deslocados 297 servidores do IBAMA para postos no interior;

- foram iniciados os procedimentos para a alienação de 59 imóveis não vinculados a atividades operacionais, além de 75 unidades funcionais no Distrito Federal;

- foram transferidos 27 veículos para órgãos do IBAMA no interior do País, 114 foram alienados e 7 redistribuídos para a Secretaria de Administração Federal e para a Secretaria do Meio Ambiente.

Secretaria do Desenvolvimento Regional

A Secretaria do Desenvolvimento Regional — SDR/PR tem como atribuições principais o planejamento, a coordenação, a supervisão e o controle da ação dos órgãos e entidades federais que atuam em programas e projetos de desenvolvimento regional, articulando-se, também, para tanto, com órgãos congêneres dos estados e municípios.

Vinculam-se diretamente à estrutura da SDR/PR: a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, a Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA, além da Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR e da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena — CODEBAR. Com a reforma administrativa, foram transferidas para a competência da SDR/PR o «Programa Grande Carajás» e as atribuições das extintas Superintendências do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — SUDECO e da Região Sul — SUDESUL, assim como do Instituto do Açúcar e do Alcool — IAA e de parte do Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS.

Desempenho no Primeiro Ano de Governo

— Formulou plano de emergência para enfrentar efeitos da estiagem parcial («seca verde») na região Nordeste.

— Elaborou com a SUDENE, as «Diretrizes para a Ação do Governo no Nordeste» e o «Plano de Ação Governamental para o Nordeste 1991-2000.»

— Supervisionou e acompanhou o «Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural» — PAPP. Promoveu reunião com missão

do Banco Mundial para discutir proposta de reformulação do programa.

— Analisou as pautas e participou das reuniões mensais do Conselho Deliberativo da SUDENE e da Comissão Regional de Desenvolvimento Rural.

— Elaborou proposta de cooperação técnica CEPAL/SDR/SUDENE, para o fortalecimento das instâncias locais de planejamento e administração do desenvolvimento do Nordeste.

— Implementou programas de cooperação fronteiriça, para desenvolver as áreas de fronteira, gerando empregos e elevando a renda regional, fortalecendo os governos locais, protegendo as comunidades indígenas e difundindo tecnologias adequadas. Estão em execução programas nas áreas Tabatinga/Apapóris (extremo oeste do Estado do Amazonas); dos Municípios de Assis Brasil e Brasiléia (AC) — Guajará-Mirim (RO) e Costa Marques (RO).

— Deu dinamismo ao saneamento ecológico da Amazônia, resultante de acordo de cooperação técnica com a FAO.

— Coordenou elaboração do documento «Ação Governamental na Amazônia.»

— Participou em novembro de 1990, do I Seminário Internacional de Turismo Amazônico, em Manaus.

— Participou de grupo de trabalho para estudar a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e o de Política Nacional de Recursos Hídricos.

— Elaborou trabalhos para a formulação preliminar de um «Plano de Desenvolvimento da Região Sul.»

— Participou no Projeto «Microbacias», da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de Santa Catarina.

— Reestudou os projetos relativos à drenagem no Vale do Rio Tubarão e redragagem do Canal de Tubarão, no Estado de Santa Catarina.

— Acompanhou projetos relativos à bacia carbonífera catarinense.

— Participou dos estudos preliminares para o planejamento integrado de recursos hídricos da bacia do Rio Gravataí, no Rio Grande do Sul.

— Deu continuidade aos programas da extinta SUDESUL: Pré-Investimentos Estratégicos; Desenvolvimento Integrado do Litoral Sul de Santa Catarina e do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, e Desenvolvimento Integrado da Bacia da Lagoa Mirim.

— Elaborou portaria (julho de 1990) instituindo câmara intersetorial, para avaliar a implantação de pólos florestais na área do «Programa Grande Carajás».

— Elaborou portaria (setembro de 1990) excluindo do «Programa Grande Carajás» 21 empreendimentos. Em consequência, será reduzido em 50% o consumo de carvão vegetal pelo pólo metalúrgico.

— Elaborou plano plurianual para os Projetos «PROFLORA» e «PRODEAGRO», para os Estados de Rondônia e Mato Grosso, respectivamente.

— Coordenou Grupo de Trabalho que recomendou a criação de um complexo tecnológico-industrial na Zona Franca de Manaus, para desenvolver e fabricar equipamentos de exploração de recursos naturais e controle ambiental.

— Exerceu a presidência da comissão especial para a criação do Estado de Tocantins.

— Elaborou e encaminhou pela comissão de estudos territoriais, ao Congresso Nacional, estudos e anteprojetos relativos à criação, na Amazônia Legal, de novas unidades territoriais, a saber: Estado de Tapajós, Território Federal do Alto Rio Negro, Território Federal do Solimões e Território Federal do Trombetas.

— Coordenou projeto de cooperação técnica entre a FUCAPI e a Escola Internacional de Turismo da Itália, para formação e treinamento de profissionais do turismo.

— Coordenou os assuntos sucroalcooleiros no âmbito da cooperação com o Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar — GEPLACEA e com a Organização Internacional do Açúcar — OIA.

— Acompanhou missões estrangeiras da Alemanha, para analisar perspectivas de investimentos na Amazônia; da Austrália, preparatória para o estabelecimento de cooperação bilateral; da Itália, na área do turismo, e da União Soviética, relativa a

projeto de cooperação técnica para a dragagem do Porto de Suape (PE).

— Participou em conjunto com a SAF/PR, do Projeto «Coordenação das Atividades de Informática» no âmbito da Presidência da República.

— Elaborou projeto para definição de padrões e parâmetros de desenvolvimento adequados para a Amazônia.

— Estudou e fez propostas sobre a atuação do Banco da Amazônia e do Banco do Nordeste do Brasil e ao aprimoramento dos mecanismos de incentivos fiscais — FINOR e FINAM.

— Elaborou o «Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco» — PLANVASF.

— Estudou e fez propostas de desenvolvimento da Região do Brasil Central e para a reestruturação do setor de irrigação e drenagem.

— Participou do grupo de trabalho sobre ciência e tecnologia para o desenvolvimento do Nordeste, em conjunto com a Secretaria de Ciência e Tecnologia e o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.

— Desativou os escritórios da ex-SUDECO em Goiânia e Campo Grande, mantendo o de Nova Xavantina (MT) — utilizado por núcleo do «Programa POLONOROESTE» — e o de Porto Velho, Rondônia.

— Desativou o escritório de Porto Alegre da ex-SUDESUL.

— Extinguiu cargos comissionados da EMBRATUR, obtendo economia de Cr\$ 2 milhões mensais.

— Desativou os escritórios regionais do «Programa Grande Carajás» em São Luís (MA) e Marabá (PA).

— Na SUDENE reduziu em 45% o número de viagens domésticas e em 60% as diárias pagas.

— Na área da reforma administrativa, a SUDENE colocou 524 servidores em disponibilidade e 240 foram aposentados; a SUDAM reduziu seu quadro de funcionários de 887 para 608; a SUFRAMA teve 54 funcionários colocados em disponibilidade e 29 demitidos; a CODEBAR demitiu dois funcionários; a ex-SUDECO colocou 110 servidores em disponibilidade, devolveu

12 aos órgãos de origem, demitiu 73, redistribuiu 67 e aproveitou 125; a ex-SUDESUL reduziu o quadro de pessoal de 340 para 54; finalmente a EMBRATUR colocou 35 servidores em disponibilidade e demitiu 14.

— No que tange à reforma patrimonial, os resultados foram: a SUFRAMA alienou três veículos e vendeu 228 unidades funcionais; a CODEBAR alienou um veículo e 108 outros itens de seu patrimônio; a SUDENE alienou 71 veículos, obtendo receita de Cr\$ 19,5 milhões; a ex-SUDECO alienou 24 veículos e uma aeronave, e transferiu imóveis para o patrimônio da União; a EMBRATUR alienou quatro veículos e, finalmente, foram desmobilizados dois veículos oficiais do «Programa Grande Carajás».

— O esforço para a redução de consumo de energia e combustíveis produziu os seguintes resultados: SUDENE, redução de 55 mil kWh, e redução de 59,7% no consumo de álcool, 16,9% no de diesel e de 72,7% de querosene de aviação.

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

— Elaborou o documento «Diretrizes da Ação Governamental para o Nordeste 1991-2000», base para a formulação do «Plano de Desenvolvimento do Nordeste», a ser submetido ao Congresso Nacional.

— Revisou a legislação dos incentivos fiscais regionais — FINOR.

— No tocante ao FINOR, aprovou 69 projetos, com investimentos previstos de Cr\$ 99,8 bilhões, dos quais Cr\$ 31,4 bilhões correspondentes à participação do Fundo. Previsão de criação de novos empregos: 14.500.

— Estão sendo implantados 988 projetos com investimentos globais de Cr\$ 930 bilhões e geração de 230 mil empregos diretos.

— Foram concluídos 74 projetos, proporcionando a criação de 18.700 empregos diretos.

— Aprovou 72 projetos de reinvestimentos, com inversão de Cr\$ 378 milhões.

— No âmbito do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural — PAPP, redistribuiu 49 mil hectares de terras e irrigou 3.508 hectares. Implementou 529 projetos de pesquisa e prestou assistência técnica de extensão rural a 852 Municípios, contemplando 2.127 comunidades e beneficiando 89.271 famílias.

— Ainda na área do PAPP, concedeu apoio financeiro à implantação de infra-estrutura comunitária de 351 projetos, beneficiando 33.337 famílias.

— O Projeto «Padre Cícero» desenvolveu atividades de perfuração de poços (50), construiu cisternas (2.226) e açudes, além de armazéns comunitários e sistemas simplificados de abastecimento de água.

— No âmbito do «Programa São Vicente», analisou 300 projetos de interesse de pequenas comunidades.

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)

— Elaborou o «Plano de Desenvolvimento da Amazônia 1991-95».

— Revisou a legislação do FINAM.

— Ainda no que diz respeito ao FINAM, aprovou 26 projetos, no total de Cr\$ 42,5 bilhões e 27 cartas-consulta.

— Declarou formalmente implantados 18 projetos.

— Elaborou as «Diretrizes para a Ação do Governo na Amazônia».

— Prosseguiu os trabalhos do Projeto «Zoneamento Econômico-Ecológico da Amazônia».

— Elaborou projetos de disciplinamento da produção de carvão vegetal em áreas do sul do Pará.

— Executou projeto de análise da alteração da cobertura vegetal nos Estados do Amazonas e Roraima.

— Formou o «Cadastro da Organização Comunitária na Amazônia».

— Realizou estudos e pesquisas nas bacias hidrográficas dos rios Araguari (AP), Branco (RR) e Guamá-Acará (PA), com o objetivo de identificar áreas prioritárias de desenvolvimento.

— Executou o Projeto «Manutenção do Sistema de Previsão de Enchentes na Amazônia».

Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)

— Aprovou 195 projetos industriais, dos quais 117 de implantação, bem como 102 cartas-consulta.

— Organizou e coordenou o I Seminário Internacional de Turismo Amazônico.

— Implantou a área de livre comércio de Tabatinga, à qual alocou cota de importação inicial de US\$ 15 milhões. A área já conta com 157 empresas comerciais cadastradas.

— A legislação da Zona Franca sofreu aperfeiçoamento, sendo seus mecanismos adequados às novas políticas industrial e de comércio exterior. Foi eliminada a exigência quanto a coeficientes de nacionalização nos projetos industriais — critério substituído pela aferição do valor agregado.

— Elevação da cota de importação de US\$ 1.020 milhões, em 1989, para US\$ 1.285 milhões em 1990.

— Prosseguiu os estudos com vistas à implantação do Distrito Industrial de Alta Tecnologia.

Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR)

— A CODEBAR tem por objetivo executar e administrar as obras e serviços relativos ao assentamento da mão-de-obra do complexo portuário-industrial de Barcarena, no Pará, como apoio ao complexo alumínio ALBRÁS/ALUNORTE.

— Prosseguiu os trabalhos de implantação e manutenção da infra-estrutura urbana da Vila dos Cabanos.

Secretaria dos Desportos

À Secretaria dos Desportos da Presidência da República — SEDES/PR compete fomentar o desenvolvimento dos desportos no País, em atuação conjunta com estados, municípios e entidades desportivas, e zelar pelo cumprimento da legislação desportiva.

Desempenho no Primeiro Ano de Governo

— Implantou o «Programa Desporto para Integração de Jovens e Crianças na Sociedade», com financiamento do PNUD.

— Recuperou o Sistema Brasileiro de Documentação e Informação Desportiva e da Memória do Esporte Nacional.

— Implantou o Banco de Dados do Desporto Brasileiro.

— Distribuiu quatro mil livros didáticos sobre técnicas desportivas a bibliotecas, entidades desportivas e estudantes.

— Reestruturou o Registro Nacional de Técnicos Desportivos.

— No âmbito do «Programa Desporto e Sociedade», desenvolveu os projetos que seguem:

- «Jogos da Criança», do qual participam 26 estados, 836 municípios e 680 mil crianças;

- «Vencer os Limites», desenvolvido experimentalmente em conjunto com o Ministério da Ação Social em dois municípios próximos do Distrito Federal;

- XIX Jogos Escolares Brasileiros — JEBs 90 — dos quais, participaram 26 estados, 5 mil estudantes e representantes das comunidades indígenas;

- «Ministério da Criança», no qual foram prestados orientação e apoio às atividades do Secretário de Desportos mirim, no desempenho de suas funções;

- «Bom de Bola, Bom na Escola», elaborado em conjunto com o SESI, será implementado ainda este ano;

- «Unindo Forças», para o qual foram efetuados contatos com os ministérios militares com vistas ao aproveitamento de instalações desportivas das Forças Armadas para atividades nos municípios;

- «Atualização», no qual foram distribuídas regras sobre modalidades desportivas, publicações técnicas e 'kits' contendo material desportivo aos municípios que participaram dos «Jogos da Criança»;

- «Cadastro», através do qual foi feito o cadastramento das Prefeituras Municipais que participaram do Projeto «Jogo da Criança» e dos «Jogos da Semana da Pátria».

— Divulgou práticas desportivas, através da impressão de símbolos pictográficos alusivos às diversas modalidades de desportos nos bilhetes da Loteria Federal.

— Na área do «Programa de Fomento ao Desporto», concedeu apoio técnico e financeiro à implantação de 20 núcleos desportivos de atendimento às pessoas portadoras de deficiência nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, e no Distrito Federal.

— No âmbito do «Programa de Apoio ao Calendário Desportivo Brasileiro», concedeu apoio à programação das seguintes entidades: Associação Brasileira de Desportos em Cadeiras de Rodas (11 eventos); Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (2); Associação Brasileira de Desportos de Cegos (3) e Associação Nacional de Desportos de Cegos (2).

— Pelo «Programa de Pós-Graduação, Aperfeiçoamento e Atualização», concedeu apoio técnico e financeiro a dois eventos voltados à capacitação de recursos humanos na área de desportos das pessoas portadoras de deficiência;

— Concedeu apoio técnico e financeiro para pesquisa e desenvolvimento de cadeira de rodas para uso em desporto.

— Elaborou e encaminhou o anteprojeto de lei sobre normas gerais de desportos, tendo como objetivos principais a reformulação do sistema brasileiro do desporto; a desregulamentação e a redução da presença do Estado na área desportiva; a

eliminação do instituto do passe, o redirecionamento dos recursos da loteria esportiva, entre outros.

— O Secretário de Desportos participou de programas de apoio à infância, promovidos pela UNICEF, na Guatemala, Honduras e Costa Rica.

— Repassou aos estados e municípios, recursos da ordem de Cr\$ 461,7 milhões.

— Em todas as atividades, e em especial nos auxílios financeiros que concedeu para eventos desportivos, houve rigorosa análise dos projetos e de seus custos.

— Como resultado do «Programa de Reforma Administrativa», foi extinta a Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Desportos, cujas funções passaram a ser exercidas pela própria Secretaria.

— Na área da desregulamentação, reestruturou o Fundo de Assistência ao Atleta Profissional; revogando 400 atos normativos; propôs a transferência do Estado para o setor privado, a função de normatização do desporto, entre outros itens.

— No que tange à preservação ambiental, incluiu como critério de análise nos convênios com estados, municípios e entidades a análise do impacto ambiental nos projetos de construções desportivas.

— Com vistas à apuração de ilícitos, determinou intervenção na Confederação Brasileira de Judô, em decorrência de irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União.

Secretaria da Administração Federal

A Secretaria da Administração Federal da Presidência da República — SAF/PR detém, entre suas atribuições, os assuntos referentes ao pessoal civil da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem assim os referentes à admi-

nistração dos imóveis funcionais da União e aos serviços gerais, à modernização e organização administrativa, e aos sistemas de informação e serviços de processamento de dados desses órgãos e entidades.

Desempenho no Primeiro Ano de Governo

— Implantou abrangente programa de reforma administrativa, para melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços públicos, efetuar a reforma patrimonial da União e redimensionar o quadro de pessoal. A reestruturação do Poder Executivo, o primeiro grande passo da reforma, resultou na extinção ou fusão de 12 ministérios e de 22 entidades federais.

— Supervisionou o processo de liquidação, ainda em curso, de três empresas públicas, cinco autarquias, sete fundações e sete empresas de economia mista.

— Examinou as propostas de estruturação organizacional de todos os órgãos da administração federal direta, autarquias e fundações, procurando identificar sobreposições de atividades, extrapolação de competências e funções que não devam mais ser exercidas pela esfera federal.

— Implantou folha única de pagamentos, abrangendo um total de 215 órgãos e 863 mil servidores, possibilitando conhecer a lotação efetiva de todos os órgãos do Governo e traçar políticas de recursos humanos mais adequadas. A folha única permitiu, adicionalmente, a correção de distorções tais como duplo emprego e pagamentos indevidos. Identificou 11.754 servidores em regime de acumulação de empregos, tendo demitido 1.130.

— No período de março a dezembro de 1990, o total de autorizações de viagens ao exterior foi de 4.615, contra as 8.510 concessões em idêntico período de 1989, significando uma redução de 45,76%.

— As várias medidas do Programa de Reforma Administrativa conseguiram uma economia de cerca de 0,5% do PIB, em 1990.

Resultados numéricos dos programas de reforma administrativa e patrimonial, até 1º de março de 1991:

• Funcionários colocados em disponibilidade:	
— Reduções realizadas:	52.815
— Reduções em andamento:	2.758
— Total:	55.573
• Funcionários dispensados:	
— Reduções realizadas:	112.219
— Reduções em andamento:	21.884
— Total:	134.103
• Funcionários aposentados:	
— Reduções realizadas:	36.631
— Reduções em andamento:	8.532
— Total:	45.163
Total Geral	234.839

Imóveis

- Foram vendidas 35 mansões
- Valor arrecadado: 5.026 milhões de cruzeiros
- Foram vendidos 7.996 imóveis funcionais
- Valor arrecadado (entradas): 12 bilhões de cruzeiros

Leilões de Veículos Oficiais

Foram vendidos 4.675 veículos

- Valor arrecadado: 1,1 bilhão de cruzeiros

Alienação de Aeronaves

- Em processo de alienação: 26 aeronaves
- Valor mínimo previsto: 1,6 bilhão de cruzeiros

Extinção/Liquidação de Empresas

• Empresas Públicas:	03
• Sociedades de Economia Mista:	07
• Autarquias:	05
• Fundações:	02
• Total:	17

Extinção de Funções de Confiança

- Extintas: 28.815
- Corresponde a 52,34% do existente em março de 1990.

Secretaria de Assuntos Estratégicos

A Secretaria de Assuntos Estratégicos — SAE/PR tem como principais competências exercer as atribuições de Secretaria Executiva do Conselho do Governo; desenvolver estudos e projetos de utilização de áreas indispensáveis à segurança nacional e opinar sobre seu efetivo uso; cooperar no planejamento, na execução e no acompanhamento da ação governamental, com vistas à defesa das instituições nacionais; coordenar a formulação da Política Nacional Nuclear e supervisionar sua execução, bem como coordenar as ações da Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN, e suas controladas; e salvaguardar os interesses do Estado.

Desempenho no Primeiro Ano de Governo

— Realizou a consolidação do Programa Nuclear Brasileiro, em conformidade com as disposições constitucionais e as di-

retrizes governamentais para o seu desenvolvimento e administração, destacando-se:

- a integral transparência das ações;
- a fixação de objetivos direcionados à utilização da energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos;
- a adoção de um sistema de salvaguarda com a participação integrada do Governo e da sociedade.

— Nessa área, o acordo Brasil-Argentina revela-se como uma das conseqüências imediatas dos aperfeiçoamentos relativos ao Programa Nuclear.

— Coordenou as ações de implantação do «Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico», com prioridade para a Amazônia Legal. Esse programa indica o detalhamento a ser alcançado em nível macrorregional, regional e local e os diferentes objetivos de caráter ecológico-econômicos a serem atingidos.

— Coordenou as ações do Projeto «Calha Norte». O programa cumpriu as ações programadas, contribuindo significativamente para o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira da Amazônia.

— Controlou a distribuição e a aplicação de recursos da ordem de Cr\$ 110 milhões, no âmbito do «Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira». Foram realizadas 64 obras em 62 municípios fronteiriços.

— Acompanhou a implementação do Projeto «Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas», tendo em vista que a área abrangida pelo mesmo se encontra em faixa de fronteira.

— Realizou, como órgão central, o processamento dos dados recebidos do Instituto de Pesquisas Espaciais — INPE referentes às queimadas no País. A atribuição foi, recentemente, transferida à Secretaria Nacional do Meio Ambiente.

— Coordenou os trabalhos com vistas à proposição de medidas para o estabelecimento da Política Nacional de Recursos Hídricos e a instituição do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

— Concebeu e deu início à implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia SIVAM/SIPAM, envolvendo o emprego de equipamentos eletrônicos de elevado grau de sofisticação tecnológica, com o propósito de contribuir para repressão às diversas atividades ilícitas em curso na Amazônia, proteção à navegação aérea e preservação do meio ambiente.

— Coordenou e controlou as exportações de material de emprego militar, com a participação dos Ministérios Militares, do Estado-Maior das Forças Armadas, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

— Elaborou diversos trabalhos de caráter estratégico, destinados a subsidiar decisões governamentais de alto nível, principalmente do Presidente da República, destacadamente sobre os seguintes temas:

- crise no Golfo Pérsico: cenários e planejamento estratégico para enfrentamento de quadro adverso e acompanhamento sistemático de sua evolução;

- mudanças econômicas e políticas no Leste europeu e suas implicações para o Brasil;

- comportamento da produção e do preço do petróleo no mercado internacional e seus reflexos para o Brasil;

- contencioso de transferência de tecnologia sensível;

- processo de integração latino-americana e seus desdobramentos a curto, médio e longo prazos;

- reestruturação e modernização do sistema portuário;

- desenvolvimento da política industrial;

- levantamento sócio-econômico da questão indígena, com especial atenção para a área Yanomami;

- Amazônia brasileira, possíveis entraves ao desenvolvimento da região;

- setor mineral, na sua visão estratégica;

- aperfeiçoamentos na Lei de Informática.

— A SAE se fez representar e colaborou com as atividades desenvolvidas pelos seguintes organismos colegiados: Conselho

Nacional do Meio Ambiente; Comitê Nacional de Qualidade e Produtividade; Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional (coordenador); Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e do Tribunal Internacional do Direito do Mar; Comissão Interministerial para os Recursos do Mar; Comissão Nacional para Assuntos Antárticos; Comissão Brasileira de Atividades Espaciais; Comitê Permanente Brasil-Argentina sobre Política Nuclear e Conferência-Geral da Agência Internacional sobre Energia Atômica; Comissão para definir e viabilizar uma estratégia de desenvolvimento para o Nordeste; Comissão para o reexame da matriz energética nacional; Comissão incumbida de elaborar proposta ao CONIN, para aperfeiçoamento da Lei de Informática, e Comissão incumbida de elaborar os estudos preparatórios para a Conferência das Nações sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992.

— Participou de grupos de trabalho para: estabelecer diretrizes para negociação dos débitos de entidades da administração pública federal; reexame do nível de intervenção governamental no setor sucro-alcooleiro; estudos do sistema de monitoramento territorial (coordenador); para elaborar projeto de reestruturação do modelo institucional e econômico com o fim de aperfeiçoar o relacionamento das entidades integrantes do setor de energia elétrica; para rever a política indigenista e examinar as propostas de demarcação de terras indígenas.

— A convite de outros órgãos, colaborou informalmente no desenvolvimento dos trabalhos afetos aos seguintes órgãos colegiados: Comitê Organizador do Congresso Brasileiro de Energia; Comissão Especial de Desregulamentação e grupo de trabalho para o estabelecimento de diretrizes para a reforma agrária.

ESTA OBRA FOI COMPOSTA
E IMPRESSA PELA
IMPRESSA NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604 BRASÍLIA, DF,
EM MARÇO DE 1991, PARA
A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA,
COM UMA TIRAGEM DE
5.000 EXEMPLARES